UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS (FFLCH)
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA JAPONESA

BÁRBARA DANTAS MENDES DA SILVA

A atuação internacional do Japão no século XXI: as transformações da Doutrina
Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do país.
(Versão corrigida)

São Paulo
2018

BÁRBARA DANTAS MENDES DA SILVA

A atuação internacional do Japão no século XXI: as transformações da Doutrina
Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do país.
(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Língua, Literatura e
Cultura Japonesa da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Cultura Japonesa

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Uehara.

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586a Silva, Bárbara Dantas Mendes
A atuação internacional do Japão no século XXI: as transformações da Doutrina Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do país / Bárbara Dantas Mendes Silva ; orientador Alexandre Uehara. - São Paulo. 2018.
56 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Doutrina Yoshida. 2. Política Externa Japonesa. 3. Leste Asiático. 4. Estratégia Nacional de Segurança Japonesa. I. Uehara, Alexandre, orient. II. Título.

MENDES, B. D. A atuação internacional do Japão no século XXI: as transformações da Doutrina Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do país. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Uehara (orientador)
Presidente da banca

Prof. Dr. Silvio Miyazaki

Instituição: USP

Assinatura_____

Julgamento: _____

Prof. Dr. Gunther Rudzit

Instituição: ESPM

Assinatura_____

Julgamento: _____

Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira

Instituição: UNB

Assinatura_____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Prof. Alexandre Uehara, por acreditar em mim e no meu projeto. Por me auxiliar em todos os momentos ao longo dessa caminhada acadêmica, desde a faculdade. Não teria conseguido sem seu apoio, professor.

Aos meus pais, Joliane e Carlos, pelo amor incondicional, por sua paciência e por me incentivarem a ser a mulher que sou hoje.

À minha irmã, Beatriz, pela amizade e pelas noites em claro que passou ao meu lado, me auxiliando a digitar esse trabalho. Ele não estaria pronto se não fosse com sua ajuda.

À minha avó, Rita, por ser meu exemplo.

A Jesus e aos espíritos de luz, por me ampararem e me guiarem ao longo desta jornada.

Aos meus amigos queridos, que torceram por mim desde o ingresso no programa de mestrado, obrigada pelo apoio, pelas risadas, conversas e por não me deixarem fraquejar. Juliana Rodrigues, Kelly Ferreira, Larissa Falcão, Gabriela Itocazo, Thiago Kunis e Sonia Bethiol, vocês foram fundamentais para o meu sucesso. Nunca poderei agradecê-los suficientemente.

Aos queridos amigos do Grupo de Pesquisa sobre Ásia e Pacífico do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (GEASIA/NUPRI) pelas reuniões produtivas, pelos conselhos, dicas, comentários, material de pesquisa e pelas brincadeiras. Ernani Oda, Newton Hirata, Laís Belini, Thiago Cardoso, Kelly Ferreira, Ivan Gomes, Genivaldo Oliveira e Marcelo Santos: muito obrigada.

Aos professores membros do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo, por todo auxílio prestado.

Aos funcionários do Departamento de Línguas Orientais, pela colaboração.

Ao CNPQ/CAPES, pela bolsa concedida, fundamental para o andamento da pesquisa.

A JICE e ao Consulado Geral do Japão pela oportunidade de participar da bolsa de intercâmbio cultural Juntos!!, visitar o Japão e assim aprofundar meus estudos e instigar meu interesse nesse país fascinante.

RESUMO

MENDES, B. D. **A atuação internacional do Japão no século XXI: As transformações da Doutrina Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do país.** 2018 56f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho tem o objetivo de observar as alterações da Doutrina Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do Japão no início do século XXI. Para isso, abordaremos a relevância que o Leste Asiático tem para a delimitação das ameaças e como a lógica regional influencia diretamente a atuação do país, principalmente quanto aos temas de segurança. Utilizar-se-á a teoria dos complexos regionais de segurança para compreender a forma de inserção internacional do Japão, bem como embasar o aspecto de instabilidade que levaram às alterações da Doutrina Yoshida. Dentre as principais ameaças ao país, destacamos a relação sino-japonesa e as disputas nas gray zones, bem como a nuclearização norte-coreana. A aliança com os EUA e outros países do entorno regional também serão analisadas a fim de corroborar com a atuação internacional do Japão. Abordaremos também como a criação da Estratégia Nacional de Segurança japonesa e o pacifismo proativo complementam os fundamentos da Doutrina Yoshida na manutenção dos interesses nacionais do país perante as crescentes instabilidades do entorno asiático.

Palavras-chave: Doutrina Yoshida, Política Externa Japonesa, Leste Asiático, Estratégia Nacional de Segurança japonesa

ABSTRACT

MENDES, B. D. The International Performance of Japan in the 21st Century: the transformations of the Yoshida Doctrine as the Guideline of Japan's International Position. 2018 56f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This paper aims to observe the changes of the Yoshida Doctrine as the guideline of Japan's international performance in the beginning of the 21st century. In order to do it, we will focus on the threats of East Asia region as well as the relevance of the regional logic and how it directly influences the country's performance, especially regarding security issues. The theory of regional security complexes is used to understand Japan's international insertion, as well as to base the instability aspect that led to the changes in the Yoshida Doctrine. Among the main threats to the country, we highlight the Sino-Japanese relationship and the disputes in the gray zones, besides the North Korean nuclear program. The US alliance, as other regional countries' alliances will also be analyzed in order to corroborate with the international performance of Japan. We will also address how the creation of the Japanese National Security Strategy and proactive pacifism complement the fundamentals principles of the Yoshida Doctrine in order to maintain the country's interests in the growing instability of the Asian environment.

Keyword: Yoshida Doctrine, Japanese Foreign Policy, East Asia, Japanese National Security Strategy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Complexos Regionais de Segurança da Ásia.....	20
Figura 2 –	Região disputada entre China e Japão.....	46
Figura 3 –	Frequência de incursões chinesas nas águas territoriais das Ilhas Senkaku e embarcações chinesas cruzando o mar territorial do Japão entre 2008-2013.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Marcos da política externa japonesa do pós-Guerra Fria.....	43
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CRS – Complexo Regional de Segurança

ENS – Estratégia Nacional de Segurança do Japão

EUA – Estados Unidos da América

FAD – Forças de Autodefesa

MOFA – Ministério das Relações Exteriores do Japão

ODA –Assistência Oficial para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

DDJ – Partido Democrático do Japão

PLD – Partido Liberal Democrata

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O JAPÃO E AS CONFIGURAÇÕES DE PODER NO LESTE ASIÁTICO	15
2.1. Teoria dos Complexos Regionais de Segurança.	16
2.2. O Complexo Regional do Leste Asiático.	20
2.3. Desembaraçando conceitos: o Japão como um ator racional.	22
3. O POSICIONAMENTO INTERNACIONAL DO JAPÃO: DO PÓS-GUERRA À CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA	25
a. Panorama histórico da atuação internacional do Japão.	25
b. A Doutrina Yoshida e a Estratégia Nacional de Segurança: soluções racionais para o posicionamento internacional do Japão.	Erro! Indicador não definido.
c. Pacifismo Proativo, uma nova abordagem da Doutrina Yoshida?	36
4. A DOCTRINA YOSHIDA COMO UM POSICIONAMENTO RACIONAL?	40
4.1. Doutrina Yoshida e a Política Externa japonesa.	42
4.2. As mudanças na Doutrina Yoshida: as gray zones e as disputas com a China	44
4.3. Relação bilateral EUA-Japão e as perspectivas para a atuação do Japão.....	48
5. CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO

A criação da Estratégia Nacional de Segurança do Japão (ENS) em 2013 reascendeu o debate sobre o posicionamento do país como um ator normal, ou seja, com pleno uso de suas capacidades econômicas, políticas e militares. Isso porque desde a implementação da constituição do país em 1946 lhe é negado a existência e manutenção de forças armadas como direito soberano da nação. Dessa forma, o Japão se promove na esfera internacional mediante forte participação econômica e comedida atuação nas questões geopolíticas desde a Guerra Fria. Essa orientação de sua Política Externa, impulsionada pelo primeiro ministro Yoshida Shigeru, ficou conhecida como Doutrina Yoshida; que se define como um conjunto de princípios que norteiam a atuação internacional do Japão por meio da relação simultânea de três diretrizes: ênfase no desenvolvimento econômico, estreita relação com os Estados Unidos e minimalismo político. Essa atuação possibilitou a reestruturação econômica do país no pós-guerra sem que o mesmo tivesse de arcar com os custos da Guerra Fria. Isso só foi possível, pois o país compartilhava interesses com os EUA que, na época, precisavam expandir sua zona de influência na Ásia e Pacífico.

Todavia, o fim da Guerra Fria trouxe à tona uma nova configuração de poder ao Sistema Internacional, colocando em dúvida a eficácia da Doutrina Yoshida como fio condutor dos interesses japoneses no plano internacional. O que procuraremos demonstrar ao longo dos próximos capítulos é que a Doutrina Yoshida não se define como uma doutrina estática, mas que vem se adaptando conforme as alterações do ambiente internacional em que o Japão está inserido, a fim de garantir a manutenção dos interesses do país.

Sob essa ótica podemos compreender que a Estratégia Nacional de Segurança (ENS) não se opõem à Doutrina Yoshida, mas sim agrega novas ferramentas para a Política Externa do país, já que consiste no primeiro documento desde o fim da 2ª Guerra Mundial a institucionalizar os objetivos, as formas e meios pelos quais o Japão norteará suas questões de segurança nos próximos dez anos.

Conforme observaremos adiante a Doutrina Yoshida vem se alterando desde sua criação, sempre levando em consideração as mudanças do entorno regional e internacional. Contudo no início do século XXI, especialmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas nos Estados Unidos, o Japão elaborou a Lei Especial Antiterrorismo com o intuito de auxiliar o aliado americano no Iraque, chamando a atenção pela rapidez com que foi realizado.

Essa lei, juntamente com a ENS definem o marco temporal dessa dissertação, que tem por objetivo compreender como a Doutrina Yoshida se alterou ao longo desse período, tendo por base as alterações de poder no nível regional. Busca-se analisar o papel da Doutrina Yoshida como norteadora da atuação internacional do Japão no século XXI a fim de observar como as alterações na Doutrina Yoshida influenciaram a participação internacional do país.

Para isso, parte-se da hipótese de que a Doutrina Yoshida teve de se adaptar às alterações do Complexo Regional de Segurança e do Sistema Internacional. A relevância desse trabalho dá-se pela própria importância que a Doutrina Yoshida tem, já que além de um fator histórico ela é essencial para compreender o papel atual do Japão nas questões de segurança internacional. Assim, ao longo dos próximos capítulos discutiremos sobre a Doutrina Yoshida, como se formou e porque ainda norteia a atuação internacional do Japão. Analisaremos também os principais fatores regionais que constroem sua atuação, tais como China, Coreia do Norte e Estados Unidos, para então averiguarmos qual o papel da Doutrina Yoshida no século XXI para a manutenção do status de potência do Japão e de seus interesses nacionais. Buscamos assim, compreender qual a relação entre Doutrina Yoshida e o posicionamento do país nas questões de segurança.

Oliveira (2006) aponta que o fim da Guerra Fria desencadeou um processo de gerenciamento dos conflitos com a ascensão de novas ameaças sem o cunho ideológico da bipolaridade do período da Guerra Fria. Buzan e Waever (2003) pontuam ainda que a Ásia, em especial o Leste Asiático, se mantém com uma lógica tradicional de poder, ou seja, mesmo com os esforços no âmbito da cooperação econômica, a dinâmica de segurança entre os atores ainda é cunhada em um modelo político-militar. Os autores colocam que a região possui algumas características marcantes: a Ásia conta com duas grandes potências (China e Japão), três Estados nucleares (China, Índia e Paquistão) e possivelmente a Coreia do Norte e três Estados com capacidade de se tornarem Estados nucleares rapidamente (Japão, Coreia do Sul e Taiwan). A importância do recorte regional no Leste Asiático deve-se ao fato de que as respostas nesse âmbito influenciam diretamente a posição internacional da China e do Japão, já que ambos também são potências globais.

Dessa forma, o Japão voltou sua atenção ao entorno regional no período analisado neste trabalho, principalmente devido ao crescimento chinês, já que cada vez mais a China tem se tornado mais influente tanto no âmbito político-militar quanto no econômico, conquistando mercados que, antes da crise asiática, eram preferencialmente atendidos pelos japoneses. (BUZAN, WAEVER, 2003)

Por esse motivo, entender a construção da dinâmica regional é fundamental para analisar como o Japão se posiciona internacionalmente, precisamente porque a região em que está inserido é a fonte primária de suas ameaças, tanto que a Estratégia Nacional de Segurança a coloca como causa central do surgimento do pacifismo proativo. Dessa forma, analisaremos no próximo capítulo a escolha teórica do desenvolvimento desse trabalho.

2. O JAPÃO E AS CONFIGURAÇÕES DE PODER NO LESTE ASIÁTICO

O posicionamento internacional do Japão no início do século XXI se tornou mais participativo nos temas vinculados à segurança internacional, sem que a Doutrina Yoshida, ou a cláusula de não beligerância fosse colocada em xeque. Isso porque o tema é cada vez mais recorrente no cenário internacional, principalmente após a Guerra Fria.

No caso do Japão, compreender a dinâmica de segurança na qual o país está inserido é fundamental para assimilar a importância da manutenção da Doutrina Yoshida como norteadora da atuação do país. Segundo Krauser e Willian (1996), o conceito de segurança compreende a relação entre o Estado e as percepções de ameaças que ele define como possíveis formas de atingi-lo, de forma que a insegurança provém do exterior. À vista disso, segurança envolve a relação entre as ameaças e as vulnerabilidades de um Estado quando apontam claramente para um objetivo político de ameaça ou. A ameaça se caracteriza por um fator externo que constrange a atuação do Estado, ao passo que a vulnerabilidade consiste em um fator interno que enfraquece sua atuação. Dessa forma, a segurança deve ser analisada como as ameaças que influenciam diretamente o território e as instituições do Estado e que tenham por objetivo enfraquecê-lo internacionalmente. (RUDZIT, NOGAMI, 2010)

Ainda segundo os autores, a Segurança Nacional consiste em um problema do Estado quando os atores têm bem definidos quais são suas ameaças e suas vulnerabilidades, de forma que possam direcionar suas políticas tanto para a diminuição das suas vulnerabilidades como para suas ameaças, de forma a manterem sua posição no Sistema Internacional.

Embora existam várias correntes que abordem a relação entre vulnerabilidades e ameaças e sua relação com a sobrevivência do Estado, Buzan, Waever e Wilde (1988) definem que as ameaças são elegidas de acordo com as políticas definidas pelo Estado para combatê-las, de forma que a Política de Segurança surge como um conjunto de fatores interdependentes que têm por objetivo legitimar as ações do Estado.

Nesse aspecto, a Estratégia Nacional de Segurança do Japão (ENS) surge como uma ferramenta de atuação do país, e consequentemente da Doutrina Yoshida, no cenário internacional a fim de corroborar com a necessidade do Japão de se adequar às mudanças que o crescimento chinês, a nuclearização da Coreia do Norte e o terrorismo internacional trouxeram para sua agenda de segurança. Dessa forma, o Japão tem se voltado para o entorno regional com o intuito de reforçar os laços com outros países através da criação de um sentido

de sociedade. Para isso utiliza-se dos ideais democráticos, reforçando sua aliança com os Estados Unidos e também se aproximando de outros atores do sul e sudeste asiático como Austrália e Nova Zelândia. Por outro lado, a tensão com a Coreia do Norte está muito mais perto de uma realidade belicosa, o que intensifica o discurso japonês de ampliação de sua capacidade militar. No pior cenário possível, um ataque norte-coreano seria mais que suficiente para desestabilizar o fraco equilíbrio que existe atualmente no Leste Asiático. (SOHN, 2010)

A região do Leste Asiático, em especial o nordeste, é a principal zona de influência para o posicionamento internacional do Japão, já que as relações entre o país e seus vizinhos, em especial a China e a Coreia do Norte, delimitam as *gray zones* - ambiente onde as relações são de tensão constante - abordadas na Estratégia Nacional de Segurança Japonesa. Buzan e Waeber (2003) explicam que a proximidade geográfica produz as principais fontes de ameaça a um Estado, uma vez que surgiram aos moldes europeus de soberania. Ademais, os autores pontuam que somente uma parte dos Estados - as grandes potências e superpotências – conseguem de fato atuar no nível global. A maioria dos atores que compõem o Sistema Internacional tem influência em seu entorno próximo e, por esse motivo, é necessário compreender a dinâmica regional.

2.1. Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

Os complexos regionais de segurança compreendem uma teoria que busca analisar as questões de segurança sob a ótica regional, já que, segundo seus autores, por mais que a polaridade do Sistema Internacional interfira nos principais aspectos da segurança, o entorno regional em que o ator está inserido é fundamental para a análise. (FUCCILLE, REZENDE, 2013)

O conceito de região pode ser definido de diferentes formas levando em consideração fatores econômicos, políticos, sociais e geográficos. Buzan e Waeber (2003, p. 27) a definem como “um conjunto de unidades agregadas geograficamente que possuem sua própria estrutura, mas que ainda estão incluídas em um sistema maior”.

Para a análise deste trabalho levaremos em consideração as questões de segurança e, dessa forma, o conceito de região se define em um nível de relacionamento onde os atores estão conectados suficientemente juntos, de forma que a segurança de um não pode ser considerada separadamente dos demais. (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 43)

Essas regiões de segurança são classificadas por Buzan e Waever (2003) como complexos regionais de segurança (CRS), que compreendem um conjunto de unidades onde os maiores processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão interligados de forma que os problemas de segurança não podem ser analisados ou resolvidos separadamente.

Segundo Buzan, Waeve e Wilde (1988, p. 25) esse processo compreende “[o] estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais”. Segundo os autores, qualquer tema pode transpor a barreira de politizado para securitizado e, quando o faz, passa a ser tratado como uma ameaça existencial ao Estado. Esse, então, busca medidas emergenciais para orientar sua atuação.

Analizando o posicionamento do Japão nesse início de século, podemos averiguar que tanto a expansão da influência chinesa como o engajamento nuclear norte-coreano passaram de temas politizados para securitizados. Prova disso é a ênfase que o pacifismo proativo – política de atuação internacional do Japão por meio de um papel mais ativo na promoção da paz e estabilidade internacional – têm em buscar um ambiente estável para a atuação do país, que se sente ameaçado por tais questões. A Estratégia Nacional de Segurança japonesa tem o objetivo, assim, de agrupar possíveis formas de atuação do país em resposta às ameaças que influenciam sua atuação internacional, mas sustentando a ideia motriz da Doutrina Yoshida de garantir os interesses nacionais do país.

As ameaças são moldadas de acordo com a distribuição de poder e dos padrões de amistosidade¹ e inimizade entre os Estados no entorno regional. Especialmente no Leste Asiático, as relações de amistosidade-inimizade são a linha tênue que mantém um equilíbrio instável na região, principalmente entre China, Japão e Península Coreana. Embora progressos tenham sido feitos no âmbito dos fóruns multilaterais, como é o caso da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a lógica realista da busca de poder ainda define a região². Buzan e Waever (2003) conjecturam que essa lógica regional é anterior à europeização pela qual passou a região, juntamente com o posterior processo de descolonização, que serviu para inflar as diferenças entre os atores regionais.

¹ O termo em inglês é “*Amity*” e, segundo a definição do dicionário Macmillan, corresponde ao relacionamento entre nações, o que o diferencia do termo “*friendship*” - “amizade” em português. Por esse motivo, a tradução aqui utilizada é amistosidade e não amizade. Definição disponível em: <<http://www.Macmillandictionary.com/dictionary/british/amity>>.

² Buzan e Waever (2003) comparam o atual cenário asiático com a Europa do século XIX, em termos de distribuição de potências. Isso porque a região apresenta Estados em diferentes níveis industriais. A correlação que os autores fazem entre os países consiste em igualar o Japão com a Grã-Bretanha, já que ambos, em suas respectivas épocas, apresentam grande avanço industrial e tecnológico. A China, por sua vez, assemelha-se a problemática Alemanha, uma vez que tem uma posição estratégica e um rápido crescimento econômico.

É interessante observar que para essa análise os fatores históricos também são levados em consideração e, por esse motivo, a teoria dos complexos regionais de segurança tem uma abrangência maior que as abordagens unicamente neorrealistas ou globalistas. (BUZAN, WAEVER, 2003).

Isso nos permite avaliar a dinâmica de segurança com base no balanço de poder e a relação entre a região e o sistema no pós-Guerra Fria, já que o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética abriu espaço para as diferentes dinâmicas regionais que já existiam, ou passaram a existir, após a Guerra Fria. O Sistema Internacional passa a trabalhar com uma superpotência (Estados Unidos) e quatro grandes potências (Grã-Bretanha, França e Alemanha - representando a União Europeia -, Japão, China e Rússia). A diferença entre superpotência e grande potência é que os EUA têm capacidade de atuação global em termos políticos, econômicos e militares, enquanto que as grandes potências não necessariamente participam de todos os processos de securitização, mas são levadas em consideração pelos outros atores. As potências regionais, por sua vez, são aquelas que demonstram grande capacidade de atuação em seu entorno regional. (BUZAN, WAEVER, 2003)

A teoria dos complexos regionais de segurança coloca que o nível regional sempre teve sua contribuição na agenda de segurança do Sistema Internacional, mas o declínio da rivalidade entre as superpotências reduziu o nível de penetração delas ao redor do mundo, expondo ou reforçando a dinâmica de segurança natural já existente nessas regiões, que se iniciaram com os processos de descolonização. A CRS busca assim, destacar um meio-termo existente entre o Sistema e o Estado. (FUCCILLE, REZENDE, 2013)

A teoria dos complexos regionais de segurança coloca que o Sistema Internacional é composto por três tipos de Estados, que definem qual tipo de dinâmica de segurança molda uma determinada região. Os Estados podem ser definidos como pré-modernos, modernos e pós-modernos. Os pré-modernos ainda têm de se consolidar como atores internacionais, de forma que a securitização ocorre no âmbito doméstico. Já nos Estados modernos, definição que abrange a maior parte dos atores sistêmicos, a securitização ocorre tanto pelas vulnerabilidades internas como pelas ameaças externas, enquanto os Estados pós-modernos securitizam sua identidade como atores. (BUZAN, WAEVER, 2003)

Ademais, a diferença entre dinâmica de segurança regional e internacional depende do grau de polaridade dos atores envolvidos, sendo que polaridade compreende a distribuição de poder entre as unidades de uma determinada região. O nível regional é um conjunto de dois

níveis, já que é onde os níveis global e doméstico interagem e onde a bagagem histórica permite explicar os processos particulares de cada região. (Ibidem)

O modelo padrão da CRS é um modelo westfaliano com duas ou mais potências e uma agenda de segurança predominantemente político-militar. Nele, a polaridade é totalmente definida por potências regionais, que podem variar de unipolar para multipolar. A unipolaridade indica somente uma potência regional. Já os padrões de amistosidade-inimizade podem ser de formação de conflito, regime de segurança ou comunidade de segurança. Assim, a região é definida pelos padrões de rivalidade, balanço de poder, aliança ou cooperação. O elemento principal para definir o tipo de relacionamento é a relação entre as potências que a compõe. (Ibidem)

Contudo, Buzan e Waever (2003) reiteram que ter grandes potências espalhadas pelo sistema pode levar a formação de polos de complexo, ou seja, a criação de um complexo regional de segurança de grandes potências, ou supercomplexos, como é o caso da Ásia, onde Japão e China formam o núcleo dessa polaridade. Nesse caso, a dinâmica regional impacta diretamente da balança de poder em nível internacional, já que são potências global. Assim, para compreender o posicionamento do Japão, é necessário compreender a dinâmica regional em que está inserido.

A teoria do CRS conta ainda com a possibilidade de sofrer influência de um ator externo. Buzan e Waever (2003) definem essa situação como penetração. No caso da Ásia, essa penetração se dá pela presença americana, que atua por meio de relações bilaterais e alianças multilaterais, influenciando diretamente na dinâmica de segurança da região.

Contudo, Goh (2008) argumenta que, no caso do Leste Asiático, os Estados Unidos devem ser analisados não como uma presença externa, mas um ator regional que centraliza a estabilidade da região, já que as relações entre os principais atores (EUA, China e Japão³) ocorrem por meio de uma hierarquização. Essa é dada, segundo o autor, pela distribuição de poder e capacidades definidas pelos recursos econômicos e militares dos atores, de maneira que a desigualdade entre os Estados estabelece uma ordem em camadas, criando uma relação entre dominantes e subordinados, onde um está no comando e outro reconhece e legitima a atuação do primeiro.

³ Goh (2003) estabelece a Coreia do Sul no mesmo patamar que o Japão, no terceiro nível hierárquico, uma vez que também é um aliado americano. Os EUA tentam uma reaproximação maior entre Japão e Coreia do Sul, como propõe Green (1999), já que é de interesse americano que ambos constituam uma forte linha de contenção à China. Ainda assim, para o foco desta análise será considerado unicamente a perspectiva japonesa.

Essa abordagem, embora explique como a dinâmica entre Japão, China e Estados Unidos seja essencial para compreender a segurança regional, não leva em consideração outros fatores, principalmente históricos, entre os países da região. Ademais, mesmo os EUA sendo um ator importante inclusive no Leste Asiático, não é o único fator responsável pela dinâmica de segurança, como observaremos a seguir.

2.2. O Complexo Regional do Leste Asiático

Figura 1 - Complexos Regionais de Segurança da Ásia

Fonte: Buzan, Waever (2003).

A bagagem histórica tem um peso importante para as relações políticas da Ásia, em grande parte fruto da dinâmica já existente entre os atores no período anterior a colonização europeia. Para países como China, Japão e Índia o processo de descolonização e o subsequente surgimento de outros Estados, fruto desse processo, serviu para intensificar a lógica e os padrões de relacionamento já existentes, se tornando um fio condutor das questões de segurança tanto no nível regional como global. (BUZAN, WAEVER, 2003)

Assim, a Ásia ainda se mantém num comportamento clássico de poder, já que as questões político-militares têm prioridade na agenda de segurança desses países. Mesmo que um estado de guerra seja pouco provável, zonas de conflito isolado não são totalmente descartadas. Ademais, o desenvolvimento econômico requer atenção dos atores, não somente devido a questões de bem-estar e qualidade de vida da população, mas também como uma forma de promover o avanço bélico desses países. Nesse aspecto, o crescimento chinês corrobora com a percepção de ameaça dos atores regionais, o que instiga o nacionalismo, que se reflete na dinâmica regional. (BUZAN, WAEVER, 2003)

O fato da Ásia ter duas grandes potências (Japão e China) faz com que a dinâmica regional influencie fortemente seu posicionamento no nível global, ou seja, se a Ásia caminhar para um cenário de formação de conflito ou para um regime de segurança, o papel da China e do Japão no nível global também se alterará.

Por ser uma região geograficamente extensa, Buzan e Waever (2003) a dividem em três complexos regionais de segurança: nordeste, sul e sudeste asiático. Essa classificação seria válida a partir do final do século XIX, em grande parte pela atuação imperialista japonesa, mas se manteve mesmo após a Segunda Guerra Mundial. Por ser palco da atuação da China e do Japão ao longo dos anos, esses complexos se fundem no supercomplexo do Leste Asiático. É importante frisar que, embora os complexos se conectem em um supercomplexo, a dinâmica de cada um continua existindo simultaneamente. Entretanto, com a finalidade de compreender a perspectiva japonesa, nesta análise abordaremos apenas o espectro que impacta diretamente no posicionamento do Japão no nordeste asiático, por ser onde se encontram as principais fontes de ameaça ao país – China e Coreia do Norte.

O complexo do nordeste asiático se desenvolveu naturalmente da relação entre China, Japão e Coreia até o século XIX, quando, então, as potências ocidentais ganharam espaço. Entretanto, China e Japão nunca perderam totalmente sua independência para o Ocidente. Ademais, o Japão também se engajou em um processo de imperialismo que deixou cicatrizes

nas relações com seus vizinhos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. (BUZAN, WAEVER, 2003)

E, apesar do ressentimento japonês ser mais presente no nordeste asiático que no sudeste, o principal ponto de convergência desses dois complexos é, na verdade, a securitização da China, que se mantém no topo da lista de ameaças dos atores da região. Isso porque sua influência torna-se cada vez maior no entorno regional. Assim, questões delicadas como Taiwan e as disputas no Mar do Sul da China se tornam parâmetros do crescimento chinês. (Ibidem)

A dinâmica da Guerra Fria na região se ampliou para o supercomplexo da Ásia devido a dinâmica de segurança que, no nível global, se baseava num jogo de contenção entre EUA, China e União Soviética. Tal jogo se espalhou pelo sul e sudeste, influenciando fortemente o posicionamento regional dos demais atores. Já no nível inter-regional entre sudeste e nordeste asiático, a posição geoestratégica da China e as memórias históricas do Japão imperialista contribuíram para que os países se posicionassem nessa dinâmica já conturbada. (Ibidem)

Contudo, Buzan e Waever (2003) argumentam que o fim da Guerra Fria abriu caminho para transformações externas da estrutura de segurança da região. O fim da influência soviética, que criou um vácuo de poder, viabilizou o crescimento da influência chinesa e, conseqüentemente, a necessidade dos atores de se aproximar como forma de balancear a China. A Coreia do Norte também representa uma ameaça não só ao Japão, como aos outros atores regionais, mas a capacidade de atuação da China, inclusive em fóruns multilaterais, a coloca como principal ator a ser securitizado.

Com essa dinâmica de segurança centrada na ‘ameaça chinesa’ é possível compreender os esforços do Japão em ampliar sua atuação no entorno regional por meio de acordos bilaterais não só com os outros atores da região, como também com os Estados Unidos. Como observaremos a seguir, a posição internacional do Japão e as alterações da Doutrina Yoshida são um reflexo da dinâmica de segurança regional e uma resposta à postura dos outros atores.

2.3. Desembaraçando conceitos: o Japão como um ator racional

A teoria do CRS traz importantes aspectos para compreender a dinâmica de segurança em que o Japão está inserido, como a importância das questões históricas para a análise de

segurança e a China como fonte de ameaça ao país. Contudo, conforme pontua Fuccille e Rezende (2013), existem algumas limitações importantes que dificultam compreender o comprometimento japonês em focar nas questões geoestratégicas. A primeira dessas limitações tem a ver com a polarização da região. Buzan e Waever (2003 apud Fuccille, Rezende, 2013, p. 81) colocam que:

As dinâmicas de segurança de uma região são dominadas por um centro localizado dentro dela. Isso é parcialmente uma questão de quão dominante o centro é (ex.: o grau de assimetria do poder), mas igualmente a forma de hegemonia estabelecida. Um CRS centrado tenderá a ser mais estável se o centro estabelece um tipo de hegemonia aberto ou penetrado, onde os Estados dominados têm acesso ao processo político do “centro imperial”.

Contudo, ao analisarmos a distribuição de poder do Leste Asiático, observamos que o supercomplexo é centrado na China, ou entorno da “ameaça chinesa”, já que, para os países da região, a forma com que o crescimento chinês ocorre reflete na forma que lidarão com os vizinhos, em especial quanto a divergências territoriais. Desde os anos 1990, a relação da China com a região combina aspectos de belicosidade unilateral (como a questão de Taiwan e as disputas no mar da China) com a intensa participação nos fóruns multilaterais. (BUZAN, WAEVER, 2003)

Aqui, dois aspectos merecem atenção. Em primeiro lugar, temos um CRS centrado na China, mas que, diferentemente do que propõem Buzan e Waever (2003), não é estável. Pelo contrário, ele se mantém instável desde o fim da Guerra Fria e, embora essa instabilidade seja constante e uma formação de conflito seja pouco possível, ainda assim o crescimento chinês e a nuclearização norte-coreana são focos de instabilidade recorrentes para a região.

Outro aspecto é que a teoria do CRS não leva em consideração que o Japão, sendo um ator racional - um ator que atua de forma a maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas - também move esforços para se manter como um polo de poder regional. Isso acontece, em grande parte, porque muitas vezes o Japão é tido em segundo plano, unicamente como um aliado americano na região. Embora isso seja verdade e conforme observamos no capítulo anterior a aliança entre EUA e Japão seja necessária para a atuação internacional do país, ele a utiliza de forma racional com o intuito de maximizar seus interesses nacionais.

A presença americana na região e a relação triangular entre Estados Unidos, Japão e China, por sua vez, compreendem a segunda limitação da teoria do CRS. Buzan e Waever (2003) pontuam que a chave para entender a região depende da relação sino-americana. Na visão dos autores, a postura adotada por ambos os países, sendo ela agressiva ou não, impacta

na região. Novamente, o Japão aparece como subordinado americano na região. Goh (2008) explica que isso se deve à hierarquização da segurança no Leste Asiático, conforme citamos no tópico anterior. A delimitação dos EUA como ator regional é decorrente do processo de hierarquização que ocorre no nordeste asiático desde 1945. A presença americana na região pauta-se na sua capacidade de persuadir a China e também de balancear sua influência na região.

A atuação americana na região sofreu algumas mudanças desde o fim da Guerra Fria e especialmente após o 11/09/2001. O foco que o terrorismo internacional ganhou na agenda de segurança americana levaram-no à reorganizar seus interesses. Fuccille e Rezende (2013) argumentam que as mudanças na atuação dos EUA têm mais a ver com mudanças nas prioridades norte-americanas do que com o entorno regional em si. Exemplo disso é a questão norte-coreana. A percepção de ameaça é maior para o Japão e China do que para os Estados Unidos, o que move o Japão a reforçar suas próprias prioridades de segurança.

As percepções japonesas quanto a atuação da China e Coreia do Norte, demonstra que o país busca novas ferramentas de atuação que garantam tanto sua autonomia na região quanto a segurança de seus interesses nacionais. Observamos que a delimitação do CRS não leva em consideração a atuação do Japão como *player* racional, ou seja, como um ator que busca alcançar seus objetivos em meio as instabilidades em que se encontra.

Conforme observaremos a seguir a Doutrina Yoshida foi formulada com o intuito de nortear a atuação internacional do país frente as instabilidades da Guerra Fria, contudo, embora muitos autores argumentem que ela não mais se adequa as novas configurações de poder, ela vêm se alterando e se adaptando a essas mudanças, como é o caso do pacifismo proativo, que surge para reforçar não somente a atuação do país, mas também os interesses nacionais e os objetivos externos do Japão.

3. O POSICIONAMENTO INTERNACIONAL DO JAPÃO: DO PÓS-GUERRA À CRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA

A Doutrina Yoshida é o termo utilizado para definir os princípios norteadores da atuação do Japão após o fim da Segunda Guerra Mundial por meio da estreita relação com os Estados Unidos, da ênfase no desenvolvimento econômico e do minimalismo diplomático quanto as questões geopolíticas. Sua atuação permeou a política externa do país até 1990, quando o fim da Guerra Fria trouxe novos desafios à comedida atuação estratégica do país e o levou a reavaliar sua atuação para o século XXI, com a elaboração da Estratégia Nacional de Segurança e o estabelecimento dos objetivos de segurança do país.

Embora essa pareça ir de encontro a Doutrina Yoshida, ou pressupor uma alteração na Política Externa do país, observaremos ao longo deste capítulo que ela nunca foi uma doutrina estática, assim como o pacifismo proativo, sugerido na Estratégia Nacional de Segurança. Este não vai de encontro aos pilares do posicionamento internacional do Japão, mas sim demonstra a habilidade do país de se adaptar aos desafios contemporâneos.

Assim, esse capítulo tem por objetivo apresentar um panorama histórico da atuação internacional do Japão desde a Guerra Fria até a criação da Estratégia Nacional de Segurança, e servirá de base para analisarmos a Doutrina Yoshida, sua relação com o Pacifismo Proativo e sua contribuição para a política externa do país no século XXI.

3.1. A Doutrina Yoshida e a Estratégia Nacional de Segurança: soluções racionais para o posicionamento internacional do Japão

A Doutrina Yoshida tem sua origem na ênfase que o primeiro-ministro Shigeru Yoshida concedeu ao alinhamento diplomático com os EUA, ainda durante a Guerra Fria. Yoshida acreditava que esse alinhamento, mesmo que custasse a liberdade externa do país, possibilitaria a recuperação econômica do Japão que, à época, se encontrava abalada com a derrota do pós-guerra. (PERES, 2009)

Yoshida, filho de um antigo samurai, casou-se com a filha de Makino Nobuaki, um influente personagem da política japonesa do pré-guerra. Ao longo de seus mandatos (1946-1947 e 1948-1954), Yoshida foi o principal ator na reconstrução do Japão, pautando suas

políticas sobre a filosofia de que o Japão “venceria pela diplomacia mesmo que tivesse perdido a guerra”⁴. (KISHIMOTO, 1997)

Segundo Kishimoto (1997), Yoshida ficou conhecido como o líder que aproximou o Japão das potências ocidentais, fortalecendo os laços com os EUA e criando também as bases para o sucesso econômico do país. Isso porque percebia a necessidade de reestruturar o país sem, contudo, se engajar nas disputas ideológicas da Guerra Fria. Assim, Yoshida usa o receio americano quanto à segurança do país, que poderia pender para o lado soviético, como moeda de barganha para o apoio dos EUA em sua recuperação econômica. (SUGITA, 2016)

Se firmando como um aliado mais fraco em uma região instável com dois gigantes comunistas, Sugita (2016) pontua que o Japão encontrou em sua fraqueza a melhor forma de estreitar a relação com os EUA. Para isso, Yoshida trabalhou em conjunto com John Foster Dulles, secretário de Estado americano, para a implementação da reforma fiscal, assim como a aceleração do apoio japonês às potências ocidentais. Esse processo de reconstrução econômica e alinhamento ao bloco capitalista também foi impulsionado pela Guerra da Coreia em 1950, tido como o ponto de mudança nos debates já existentes acerca da remilitarização do Japão pós-ocupação, que deixou clara a estratégia americana em manter o arquipélago como zona de influência ocidental. Para essa finalidade, era necessário garantir o desenvolvimento econômico do país, convergindo assim os interesses tanto dos americanos como dos japoneses.

É também durante o mandato de Yoshida que se desenvolve a Reserva da Polícia Nacional⁵, precursora das Forças de Autodefesa do Japão. E embora haja críticas quanto ao estreitamento das relações com os americanos, a forma racional que Yoshida orientou a Política Externa japonesa ao longo de seu mandato serviu de base para o posicionamento do país até os dias atuais.

Porém, segundo Sugita (2016), o termo Doutrina Yoshida se consolida somente em 1977 quando Masashi Nishihara⁶ o utiliza para definir a atuação estratégica racional do Japão no pós-Guerra, já que, seguindo a definição de Posen (1984, p.13), a *grand strategy* do país consiste em identificar as principais ameaças e a forma como o Estado lidará politicamente, economicamente e militarmente com elas.

Assim, a Doutrina Yoshida define três pilares para a atuação do país: o economicismo – foco no desenvolvimento econômico do país – o minimalismo diplomático – pouco

⁴ “Win by diplomacy, even though it had lost the war”. (KISHIMOTO, 1997, p. 21)

⁵ National Police Reserve. (KISHIMOTO, 1997, p. 22)

⁶ Acadêmico e ex-professor da National Defense Academy of Japan. (SUGITA, 2016)

engajamento nas questões diplomáticas envolvendo os temas de segurança – e o bilateralismo com os Estados Unidos. Peres (2009) define o economicismo como o objetivo central do Japão pós-guerra a fim de concretizar o desenvolvimento econômico. Para isso era necessário colocar as questões geopolíticas em segundo plano. Essa postura configura o segundo pilar da Doutrina Yoshida e só foi possível devido a estreita relação com os Estados Unidos, o terceiro pilar.

A aliança entre japoneses e norte-americanos passava a ser determinante para o sucesso do Japão na segunda metade do século XX. A Doutrina Yoshida, portanto, não funciona como estratégia nacional eficaz sem o comprometimento dos EUA com relação à política de segurança para o Japão, permitindo, com isso, a recuperação econômica do arquipélago japonês. (PERES, 2009, p. 7)

O sucesso da Doutrina Yoshida como norteador do desenvolvimento japonês deve-se à convergência de fatores internos e externos. Da perspectiva doméstica, era necessário o comprometimento nacional com o desenvolvimento da economia e, da perspectiva internacional, a existência de um mercado aberto aos produtos e investimentos japoneses.

Yoshida também foi o responsável por liderar o Japão durante a transição do final da ocupação americana para a retomada de sua soberania. Watanabe P. (2012) coloca que à época da assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, que marcou o fim da ocupação americana, Yoshida estava preocupado com a segurança do país, já que acreditava que o Japão ainda não estava preparado para arcar sozinho com os custos econômicos, políticos e sociais de uma remilitarização, de forma que seria necessário manter o interesse dos EUA no país por meio de um acordo que viabilizasse a segurança do arquipélago. Esse era um dos pontos de atrito entre os dois países, pois os EUA acreditavam que o Japão deveria se remilitarizar como resposta ao novo arranjo de poder que se estabelecia no Sistema Internacional. Por outro lado, Yoshida defendia que o país não teria como se defender sozinho e que uma remilitarização não teria o apoio da população, ainda ressentida pela derrota na Segunda Guerra Mundial e abalada com as consequências das bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki.

Assim, juntamente com a Conferência de Paz de São Francisco, foi assinado também o Tratado de Segurança Mútua. Segundo Watanabe P. (2012), esse tratado mantinha muitas políticas intervencionistas que os americanos exerciam durante a ocupação, como a possibilidade dos EUA intervir no âmbito doméstico japonês, assim como “(o Japão) concordaria com o estacionamento das forças americanas no território japonês, concedendo também a liberdade de atuação dessas forças”. (SUGITA, 2016, p. 131)

Entretanto, tanto o acordo quanto as Forças de Autodefesa (FAD) sofreram várias modificações ao longo do tempo para ajustarem-se às necessidades dos EUA e do Japão quanto às alterações do Sistema Internacional. Segundo Watanabe P. (2012), as FAD caracterizam-se como um elemento de projeção da Política Externa Japonesa e da própria doutrina Yoshida. O então primeiro-ministro via nesse acordo uma garantia do posicionamento seguro do país enquanto focava em seu desenvolvimento econômico. Isso foi possível porque os Estados Unidos supervalorizavam a ameaça soviética. Mesmo assim, a consolidação das FAD foi gradual e sua atuação foi aos poucos ganhando mais destaque como parte da atuação japonesa.

É importante ressaltar que as Forças de Autodefesa não são consideradas como Forças Armadas, uma vez que sua atuação é limitada a esfera defensiva, enquanto que as Forças Armadas têm legitimidade ofensiva. Dantas (2014) reitera que à época da Guerra da Coreia, de 1950 a 1953, os EUA e Japão criaram a Reserva da Polícia Nacional em 1950 a fim de garantir a segurança do país, já que grande parte das forças americanas foram deslocadas para o conflito. Contudo, devido à crítica de uma possível remilitarização japonesa, tiveram o nome alterado para Forças de Segurança Nacionais em 1952, conforme ressaltado acima, deixando claro seu caráter defensivo a fim de evitar um desconforto nas relações entre o Japão e seus vizinhos, que temiam a retomada de um Japão imperialista.

Kurashima (2005 apud WATANABE, 2012) adiciona que as diretrizes das Forças de Autodefesa japonesa consistiam em uma política voltada unicamente para a defesa; impossibilidade de se tornarem Forças Armadas; a não proliferação de armamentos nucleares e a submissão ao controle civil.

Entretanto, a Guerra do Golfo 1990-1991 “consiste no momento de inflexão da política de segurança japonesa e da atuação das FAD. (...) Revelou a incapacidade do Japão de lidar com questões internacionais de segurança, em decorrência das restrições de sua participação no ambiente internacional.” (DANTAS, 2014, p. 32) Após esse episódio, fica evidente que o país não conseguiria manter seu *status* de potência baseando-se unicamente no auxílio financeiro. Era necessário que o Japão agisse mais ativamente, mesmo que com o envio de soldados não-combatentes. Assim, em 1992, é aprovada a Lei de Cooperação de Paz Internacional, que permite ao país colaborar com as operações de paz da ONU. Sogari (2012) pontua que os Estados Unidos, assim como a Europa, já esperavam uma maior participação do Japão nas questões de segurança desde a Guerra do Golfo.

A primeira iniciativa para a criação de uma Estratégia Nacional de Segurança, que surgiu em 1957, durante o mandato do primeiro-ministro Nobusuke Kishi (1957-1960), foi com a formulação de uma Política Básica para Defesa Nacional, que previa, segundo Watanabe P. (2012), a necessidade de se armar para fins pacíficos, baseando-se em 4 pilares. O primeiro consistia na cooperação internacional sob o viés da ONU. O segundo tinha o objetivo de incentivar o patriotismo⁷, enquanto que o terceiro buscava criar uma capacidade eficiente para a autodefesa do país. Por fim, o quarto pilar viabilizava que as questões de segurança internacionais deveriam ser tratadas dentro dos acordos já existentes entre EUA-Japão.

Todavia, Kishi não teve apoio suficiente para que a proposta fosse aceita na Dieta. Mas, em 1951, ele propõe a revisão do Tratado de Segurança Mútua, que foi substituído pelo Tratado de Cooperação e de Segurança em 1960. Segundo Watanabe P. (2012), no novo acordo os EUA se responsabilizam por defender seu aliado japonês contra qualquer ataque, bem como permitem que as Forças Armadas americanas atuem no território japonês.

Em 1965, com a Guerra do Vietnã, o posicionamento japonês é novamente colocado em xeque, já que sofre pressão americana para auxiliar no combate. Sofrendo pressões internas, o primeiro-ministro Sato (1964-1972) oferece o uso do território para as bases americanas, o que, na verdade, já estava previsto no acordo. Esse auxílio retoma o debate interno quanto a posição contrária da população japonesa a uma possível remilitarização do país. (WATANABE, 2012)

Mesmo com a pressão interna para restringir a atuação das Forças de Autodefesa, é aprovado, em 1958, um plano de modernização de defesa, possibilitando que as FAD passassem por uma forte modernização entre 1970 e 1980, transparecendo que existia por parte do governo japonês uma preocupação com a sua manutenção. (DANTAS, 2014)

Watanabe P. (2012) acrescenta que essa década levou o Japão a alterar seu posicionamento internacional em resposta à dois fatores internacionais. O primeiro diz respeito à crise do petróleo de 1973, enquanto que a segunda consiste no reestabelecimento das relações entre EUA e China em 1972. Segundo o autor, o Japão foi forçado a retomar as relações com a China continental, já que até então reconhecia somente Taiwan.

⁷ A diferença entre patriotismo e nacionalismo, segundo Theis (2012), respalda-se na característica de cada um. Patriotismo entende-se “pelo amor que se sente por um país ou local” (p.1) e tem uma conotação mais positiva da relação entre a população e seu país. O nacionalismo, por sua vez, configura-se numa versão mais radical do patriotismo.

Em 1976, surge o Esboço do Programa de Defesa Nacional, que permitiria ao Japão adquirir o mínimo de armamentos para sua defesa como um Estado soberano por meio da Força Básica de Defesa, definido em 1% do seu PIB. Esta foi executada em 1990, como base para a adaptação do país ao mundo pós-Guerra-Fria. (WATANABE, 2012)

Uma mudança mais efetiva surge durante o governo de Nakasone (1982-1987), que era a favor da normalização do Japão como Estado do Sistema Internacional, por meio da exclusão da cláusula de não-beligerância. E o tema, que até então era deixado à margem dos debates políticos, começa a ganhar espaço no âmbito político e acadêmico, resultado das mudanças políticas que a quebra do sistema de 1955 trouxe para formulação da política japonesa. Segundo Kushida e Shimizu (2013), até 1955 o Partido Liberal Democrata (PLD) tinha maior influência no processo político, juntamente com a burocracia, num processo simbiótico que deixava pouco espaço para mudanças. Contudo, a quebra desse sistema evidenciou a divergência entre a burocracia e os políticos japoneses, que não possuem o mesmo *know-how* de formulação de políticas e a consequente busca por uma reforma no sistema eleitoral japonês. Essa divergência possibilitou que novos temas e novos políticos, participassem da agenda política do país, corroborando com a elaboração de novas leis.

Zakowski (2011) explica ainda que as alterações sistêmicas influenciaram as facções que compõem os partidos políticos e a dinâmica do *policy-making*. E, embora esse aspecto não seja abordado nesse trabalho, é importante frisar que tanto a burocracia quanto as facções partidárias têm papel fundamental na elaboração da política japonesa. Sob essa ótica, o autor pontua que a nova geração de políticos que assumiu a liderança do Kochikai⁸, uma das principais facções dentro do partido liberal democrático, contribuiu para que os temas de cooperação e os debates acerca da restrição da cláusula de não-beligerância ganhassem repercussão novamente no século XXI.

Contudo, é importante observar que as mudanças que passaram a ser implementadas a partir de 2001, como a Lei Especial Antiterrorismo e a criação da Estratégia Nacional de Segurança, observaremos com mais detalhe no próximo tópico, demonstram, além de uma resposta à mudança do processo político japonês, um processo de adaptação da Doutrina Yoshida às alterações sistêmicas. (ZAKOWKI, 2011)

Fuccille e Rezende (2013) argumentam que os atentados de 11/09 nos EUA provocaram algumas alterações na agenda de segurança internacional, tais como o foco

⁸ Kochikai é uma facção dentro do Partido Liberal Democrático do Japão que agrupava as características do “*conservative mainstream*” da Doutrina Yoshida, garantindo que a postura pragmática de Yoshida continuasse a nortear a Política Externa do país. (ZAKOWSKI, 2011, p. 182)

americano no combate ao terrorismo e a ampliação da economia e influencia chinesa no mundo. Esses dois aspectos viabilizaram um rearranjo das políticas internacionais, já que a grande maioria dos Estados tiveram de se adaptar à novas formas de combate ao terrorismo internacional e também às condições econômicas chinesas.

No caso japonês, a Doutrina Yoshida foi pensada como uma política racional para o imediato pós-guerra e a necessidade de reinserir o Japão no Sistema Internacional. E, embora muitas vezes tenhamos a impressão de que consiste em um conjunto fixo de ideias, em grande parte devido a própria postura que os políticos japoneses tiveram ao lidar com as questões internacionais, ela vem sofrendo alterações desde sua implementação, já que seu objetivo principal é garantir a atuação do Japão no cenário internacional.

3.2. Panorama histórico da atuação internacional do Japão.

A questão militar japonesa permanece como um tema delicado mesmo com o fim da Guerra Fria, tendo em vista que as grandes potências continuaram a disputar por lideranças regionais e influências sistêmicas, impulsionadas pela intensificação do mundo islâmico e de autocracias como Rússia e China, conforme explica Kagan (2008).

Ninomiya e Tanaka (2015) apontam ainda que a geopolítica da Ásia se baseia na relação conflitante entre China, Japão e Península Coreana, os principais atores da região. Devido a questões históricas que ainda repercutem em suas ações políticas, podemos destacar a atuação imperialista japonesa em meados do século XIX, momento em que o Japão, inspirando-se nas potências europeias, adotou uma política de enriquecimento pelo fortalecimento bélico, que consistiu em altas despesas com o aparato militar e na expansão pelo Leste Asiático.

Como resultado, o Japão conquistou parte do território chinês, coreano e russo a fim de expandir a influência estratégica para seu desenvolvimento, o que lhe garantiu o reconhecimento internacional como um Estado moderno e seu posterior ingresso na Segunda Guerra Mundial. (NINOMIYA; TANAKA, 2015)

Contudo, a derrota do país na mesma, que é tida pela população como o resultado do imperialismo, e a subsequente ocupação dos aliados permitiram que os americanos

impusessem em 1945, por meio do Tratado de Potsdam⁹, a dissolução das Forças Armadas japonesas, posteriormente definida no artigo 9º da Constituição de 1946, que explicitava que “o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais”.¹⁰

Essa restrição ia ao encontro dos interesses americanos na região, que buscavam conter o avanço da União Soviética no Leste Asiático e uma possível remilitarização do Japão. Já para os japoneses, essa situação possibilitou seu desenvolvimento econômico e sua atuação internacional por meio do liberalismo econômico. (WATANABE, p. 2012)

A partir da década de 1950, o país adquiriu as Forças de Autodefesa, forças militares japonesas que tem a função de proteger o arquipélago em caso de ataque iminente. Sua criação deriva do Acordo de Segurança Mútuo estabelecido entre o Japão e os Estados Unidos em 1951, momento em que o país retoma a soberania do arquipélago, mas mantém sua relação com o aliado americano, que passa a auxiliar ativamente em sua segurança. (SOGARI, 2012)

Posteriormente, o país passa a contribuir financeiramente com a atuação militar americana, por meio da aliança militar entre os dois países e também com a Organização das Nações Unidas. Sua tendência em auxiliar financeiramente, ao invés de se engajar nos conflitos, mesmo sob jurisdição da ONU ou em apoio ao aliado americano, deixava transparecer um desinteresse japonês em assumir um papel mais proeminente, mesmo sendo uma importante potência econômica.

Concentrando-se no desenvolvimento econômico e tendo sua política externa amparada na relação bilateral com os EUA, o Japão se tornou, a partir da década de 1960, um financiador do desenvolvimento internacional, por meio da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA). Entretanto, após o impacto que a crise do petróleo de 1970 teve nas economias mundiais, o Japão passou a buscar uma intensificação das parcerias com as economias asiáticas, contribuindo com o desenvolvimento dos países da região por meio da Doutrina Fukuda, estabelecida em 1978 pelo primeiro ministro Fukuda Takeo (1976-1978). Sogari (2012, p. 11) aponta que a partir dela “o Japão deveria trabalhar para o estabelecimento

⁹ O Tratado de Potsdam teve o objetivo de delimitar a geopolítica mundial entre Estados Unidos e Rússia, fundamentando assim os objetivos da Guerra Fria. Dentre as várias resoluções, ficou acordado a ocupação americana no arquipélago nipônico e as posteriores reformas que o Japão passaria por meio dos aliados, dentre elas a dissolução das forças armadas. (VIZENTINI, 2010 apud VASCONCELLOS, C. e MANSANI, R., 2013)

¹⁰ Tradução da Embaixada Geral do Japão no Brasil. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>.

de laços de confiança com essas nações, de modo a superar o ônus do passado histórico de imperialismo nipônico na região, estimulando a paz e a prosperidade”.

É importante frisar que a Doutrina Fukuda não se opunha a Doutrina Yoshida, já que o bilateralismo com os EUA continuou como a base da Política Externa, se apresentando como um complemento a ela, principalmente por alterar a visão imperialista que os vizinhos regionais ainda possuíam do país. Dessa forma, 90% da ajuda externa japonesa ao continente asiático tinha o objetivo de criar e fortalecer a interdependência econômica, deixando propositalmente de lado as questões político-militares. (SOGARI, 2012)

O enfoque econômico de sua atuação internacional acabou impactando negativamente na imagem do país a partir dos anos 1990. Isso porque, a “diplomacia do cheque”¹¹, como ficou conhecida a participação do Japão na Guerra do Golfo entre 1990-1991, não atendeu as expectativas da comunidade internacional, já que os Estados Unidos e a Europa esperavam uma atuação mais ativa do país, que, por sua vez, ainda era contrário a qualquer normalização de suas Forças Armadas. (SUNOHARA, 2010)

Após esse episódio, o Japão observa a necessidade de reavaliar seu papel de potência no cenário internacional, tanto que, durante o mandato do primeiro ministro Morihiro Hosokawa (1993-1994), chega-se a cogitar uma nova Política de Segurança para o país que se baseasse no multilateralismo da ONU. Entretanto, o estouro da bolha econômica japonesa em 1991 e subsequente crise de 1997 minaram todas as possibilidades de uma maior projeção japonesa e, nesse momento, o país voltou-se para as questões domésticas, deixando as questões internacionais em segundo plano. (FRAGA, STRACHMAN, 2013)

Inoguchi (2005 apud OLIVEIRA, 2006) argumenta que o posicionamento japonês desde 1945 até 1990 caracterizou-se por certa continuidade. O período de 1990 é marcado por uma tentativa do Japão em se tornar um poder civil global. Todavia, a partir de 2005, o país busca consolidar-se como um ator normal, ou seja, possuidor pleno de todas as características de um Estado, inclusive o legítimo uso da força. Oliveira (2006) enfatiza que esta busca japonesa em tornar-se um país normal reflete sua aspiração em diminuir os obstáculos impostos por sua constituição. Castro (2007), ao reproduzir o discurso do primeiro ministro Shinzo Abe (2006-2007) quanto à necessidade japonesa em rever sua constituição pacifista, pontua que é necessário se adaptar aos novos rearranjos internacionais. Isso porque, as

¹¹ A diplomacia do Cheque foi um argumento cunhado para referir-se à política pacífica unilateral do Japão, que em vários momentos de conflito optou por auxiliar a ONU e as nações aliadas com grandes quantias de capital, para a compra de suprimentos, ao invés de enviar tropas para as zonas de conflito. (WATANABE, 2012)

mudanças na configuração de poder do século XXI trouxeram à tona obstáculos à atuação japonesa, que não mais condizem com sua pouca atuação nas questões geopolíticas.

Quanto às ameaças que o país enfrenta podemos destacar a nuclearização da Coreia do Norte e o crescimento chinês. Segundo Chang (2008), a primeira é a ameaça que mais preocupa os japoneses, já que o país se mantém engajado nas questões nucleares. Esse relacionamento ocorre entre momentos de pressão e tentativa de diálogo, mas desde 2001, posicionam-se de forma mais agressiva, em especial por parte da postura do líder norte-coreano.

Uehara (2009) reitera que, desde o final da Guerra Fria, o país tenta se aproximar diplomaticamente da Coreia do Norte. Entretanto, a falta de compromisso de seus líderes com o cumprimento dos acordos internacionais dificulta o relacionamento entre eles. O posicionamento norte-coreano de se retirar do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, juntamente com a recusa em aceitar a visita de inspetores da ONU, reforçam o clima de instabilidade que se instala na região. E embora tenha ocorrido uma aproximação entre Coreia do Norte e Japão em 2000, momento em que os dois primeiros-ministros se reuniram na capital coreana, a Coreia do Norte deu continuidade ao seu projeto nuclear no ano seguinte.

Essa instabilidade contribui com o aumento da tensão entre os atores do Leste Asiático, em grande parte fruto de episódios como os lançamentos de mísseis (1993, 1998, 2006, 2009 e 2012) e a reativação das usinas nucleares de Yongbyon, com testes nucleares em 2006, 2009 e 2013) e recentemente com o teste termonuclear em 2016. Outro fato que corroborou para a percepção militarmente mais ativa japonesa consiste no ataque, em 2001, da marinha japonesa a um navio norte-coreano que espionava em suas águas, demonstrando assim que o país passava a buscar efetivamente ferramentas que legalizassem sua atuação no âmbito militar regional e internacional.

O ano de 2001 é tido como um marco na atuação internacional do país, pois Koizumi orientou-se em uma postura mais rígida na condução dos temas internacionais, principalmente nas questões de segurança. Apresentou-se, assim, uma clara ruptura com a política pacifista do país, em especial após os atentados terroristas de 11 de setembro, quando o Japão desenvolve a Lei Especial Antiterrorismo, que, segundo Chang (2008, p.8), “concedia permissão para o oferecimento de apoio logístico, tais como combustível, para os navios e a realização do transporte destes” a fim de auxiliar os EUA na invasão do Iraque e, conseqüentemente, se engajar nas questões de segurança internacional. Posteriormente, em 2003, foi aprovado o envio de soldados japoneses não-combatentes ao Iraque para prestarem

serviços de ajuda humanitária. Essa foi a primeira vez, no pós-guerra, que o Japão enviava tropas sem o pedido prévio da ONU. A atuação de Koizumi abriu as portas para a discussão sobre os constrangimentos que a constituição impõe à atuação japonesa. (Ibidem)

Soma-se à essa discussão a “Teoria da Ameaça Chinesa”¹² e como o crescimento chinês está intimamente ligado com sua busca por maior influência na região. Esses são reflexos das disputas marítimas entre China e Japão no Mar do Sul da China e o interesse americano em diminuir a influência chinesa na região, conforme abordamos anteriormente ao analisar a Doutrina Yoshida. Contudo, é importante frisar que, embora a orientação japonesa por vezes enfatize mais o multilateralismo da ONU, a relação com os EUA é vital para a segurança japonesa. (FUJIWARA, 2006)

Bisley (2008) argumenta que, ainda na lógica da Guerra Fria, o Japão compreendeu como suas vulnerabilidades e a dependência americana impactavam em seu posicionamento internacional. A incompatibilidade da aliança frente às alterações da década de 1990 levou ambos os atores a reformulá-la através da Declaração de Segurança de 1996, que buscou aproximar os objetivos comuns em relação à segurança regional. Essa reforma possibilitou o engajamento do Japão, mesmo que timidamente, em atividades militares globais por meio das operações de *peacekeeping*. Outras alterações foram realizadas dentro da aliança entre 2002 e 2007, em resposta as mudanças no ambiente estratégico que EUA e Japão estavam inseridos. Contudo, é interessante apontar que existem divergências quanto a manutenção da aliança, tanto por parte dos EUA como do Japão.

Uehara (2009) argumenta que, embora o Japão não almeje se distanciar dos Estados Unidos, o país busca reafirmar sua independência. Já Bisley (2008) aponta que, embora existam divergências e alterações no âmbito da aliança, como a prioridade americana com suas próprias questões de segurança e o fato de colocar a instabilidade da Ásia em segundo plano, ela continua sendo a principal fonte de segurança para o Leste Asiático.

Castro (2007) adiciona ainda que, justamente por esse motivo, é interessante ao Japão rever sua Política de Segurança, não para se contrapor aos EUA, mas com o intuito de se posicionar como um importante aliado americano na esfera militar de modo a conter a influência da China. Oliveira (2006) acrescenta ainda que, no século XXI, o Japão deveria escolher entre dar continuidade a suas políticas ou disputar com a China a hegemonia local.

¹² Shunji T. “China Threat Theory” drives Japanese war legislation. Disponível em: <<http://www.japanfocus.org/-Taoka-Shunji/4380/article.html>>.

Contudo é importante ressaltar que uma série de fatores confluiu para esse posicionamento mais ativo do Japão além de exclusivamente a China.

Observa-se que no início desse século o Japão vem se posicionando mais ativamente quantos aos temas de segurança, em especial aqueles que diretamente refletem no cenário regional do país. Shinzo Abe, primeiro-ministro desde 2012, coloca que o país busca adaptar-se às alterações de poder do contexto internacional, que levaram à criação do Conselho Nacional de Segurança e da Estratégia Nacional de Segurança em 2013.

O Japão, em colaboração com a comunidade internacional, irá expandir ainda mais a assistência humanitária e firmemente cumprir a nossa responsabilidade na comunidade internacional na luta contra o terrorismo.¹³ (...) Com base nas lições do século 20, que tipo de visão devemos ter para a Ásia e o mundo no século 21? Que tipos de contribuições o Japão deve oferecer?¹⁴ (SHINZO, 2015)

Essa mudança na postura japonesa, reflexo do pacifismo proativo proposto pela Estratégia Nacional de Segurança (ENS), parece colocar em xeque os pilares da Doutrina Yoshida. Entretanto, conforme analisaremos a seguir, a Doutrina Yoshida abrange a atuação racional do país sem ser, como se imagina, uma política fixa e estagnada.

3.3. Pacifismo Proativo, uma nova abordagem da Doutrina Yoshida?

O segundo mandato do primeiro ministro Abe Shinzo (2012-atual) e as mudanças propostas no âmbito da Política de Segurança do país tendem a demonstrar uma alteração no posicionamento internacional do país e, conseqüentemente, um distanciamento da Doutrina Yoshida. Exemplo dessas mudanças foi a criação, em 2013, do Conselho de Segurança Nacional e da Estratégia de Segurança Nacional. Entretanto, muitas dessas mudanças são, na verdade, a formalização de políticas que já vinham sendo adotadas pelo país em resposta as constantes alterações do entorno regional e internacional. (SAKAKI, 2015)

Assim, ao invés de alterar os pilares da Política Externa e de Segurança do país, a Estratégia Nacional de Segurança (ENS) busca institucionalizá-los e intensificar a cooperação entre o Japão e os outros atores. A ENS foi elaborada com o intuito de delimitar as diretrizes

¹³ “Japan, in collaboration with the international community, will further expand our humanitarian assistance and steadfastly fulfill our responsibility in the international community combatting terrorism”. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201502/1209774_9914.html>.

¹⁴ “Based on the lessons of the 20th century, what sort of vision do you envisage for Asia and the world in the 21st century? What kinds of contributions should Japan make towards that?” Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201502/25.html>

para a atuação do país nos temas relacionados à segurança, pois, conforme citado no próprio documento, o Japão se localiza em um contexto instável, já que a inconstância da região se deve, dentre vários motivos, pelos diferentes modelos político-econômicos dos Estados que a compõe, que, por sua vez, resultam em diferentes modelos de segurança. (MOFA, 2013)

Esses, por sua vez, influenciam diretamente a relação entre o Japão e seus vizinhos, no que a ENS define como *gray zones*, que nada mais são do que um ambiente onde as relações não são totalmente de paz, nem totalmente de conflito, sendo que o risco se apresenta na volatilidade de tensões que podem rapidamente evoluir para um conflito. (Ibidem)

Essa volatilidade permite identificar as principais ameaças ao país que, no nível regional, são: (1) o programa nuclear norte-coreano, já que devido à capacidade de produção de mísseis balísticos de longo alcance são vistas como uma ameaça à paz e estabilidade internacional; e (2) as disputas territoriais com a China no Mar do Sul da China, que se configura como a principal *gray zone* de atuação do Japão, devido as disputas quanto as regras de navegação, a posse das ilhas de Senkaku/Diaoyu e a necessidade de recursos minerais. (MOFA, 2013, p. 18)

Com base nessas *gray zones*, a ENS institucionaliza os objetivos de segurança do Japão e é o primeiro documento com essa função desde a Segunda Guerra Mundial. Ele também delimita a atuação estratégica internacional do país para a próxima década (2013 a 2023) ao estabelecer qual o método estratégico para a utilização efetiva dos recursos diplomáticos, econômicos e militares a fim de fortalecer a segurança do Japão em diferentes níveis. Nesse aspecto a ENS de fato representa uma mudança na postura do país quanto as políticas de segurança, uma vez que se torna responsável pelas questões de médio-longo prazo que costumavam ser discutidas caso-a-caso pela burocracia e pelo primeiro-ministro. Ela supre, assim, as divergências entre os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, embora não exclua a relação entre burocracia e políticos para a aprovação de políticas, o que a torna limitada. (SAKAKI, 2015)

Os precursores da ENS foram a criação do Conselho de Segurança do Japão e o Secretariado de Segurança Nacional, elaborado para intensificar os diálogos de segurança com os outros países, tais como EUA, Austrália, Reino Unido, França, Alemanha, Índia, Rússia e Coreia do Sul. (Ibidem)

É interessante observar que a ENS é o primeiro documento a estipular e institucionalizar essas diretrizes tão claramente, assim como definir o objetivo fundamental da Segurança Nacional Japonesa que, segundo Sakaki (2015), se torna o fio condutor do

pacifismo proativo, estabilidade e prosperidade internacional enquanto se empenha em sua própria segurança e busca contribuir com a região da Ásia e Pacífico. Diferentemente do *blue book*, que concentra as questões diplomáticas, a ENS abrange as questões de segurança.

O pacifismo proativo surge então como um contraponto à noção de pacificidade e busca reforçar a habilidade japonesa como uma potência pacífica, que preza pelo compromisso da manutenção da paz, mas que é capaz de articular respostas que garantam sua soberania sem, necessariamente, se tornar uma nação militarista. Embora Ito (2009 apud Sakaki, 2015) argumente que o pacifismo proativo seja um contraponto à Doutrina Yoshida - que reduziu a capacidade de segurança do Japão e dificultou o debate estratégico no país - pode-se observar que, na verdade, esse conceito sugere um complemento à Doutrina Yoshida, pois reforça a necessidade de segurança do país. Ademais, Sakaki (2015) coloca ainda que essa postura mais participativa do Japão já era observada no *Defense Guideline 2010* e nos *White* e *Blue books*, mas ganhou maior repercussão com o enfoque aos valores universais dado por Abe, pois, ao mesmo tempo em que reitera o posicionamento pacífico, ainda permite uma justificativa para políticas mais específicas, uma vez que deixa em aberto os limites desse conceito. (SAKAKI, 2015)

O que se percebe é que o Japão tenta agilizar as decisões que concernem à sua segurança, procurando assim, uma resposta menos reativa e mais eficaz. (MOFA, 2013; SAKAKI, 2015)

Na época em que Abe propôs esse pacifismo proativo, muito se discutiu quanto ao distanciamento da Doutrina Yoshida, mas, se observarmos atentamente, a ENS mostra uma continuidade dos três pilares dessa doutrina. A relação com os Estados Unidos continua sendo necessária para a segurança do país. O foco econômico, mesmo com algumas mudanças, também se mantém como um objetivo importante, principalmente porque o país ainda busca retomar o ritmo que sua economia tinha na década de 1990, antes da crise asiática. Nesse aspecto, o setor de exportações de armas vem gradualmente sofrendo algumas alterações de forma a ampliar a participação do país nas exportações e também em projetos internacionais, como ocorreu em 2011, ao ser aprovada uma cooperação de projetos de tecnologia de mísseis com Reino Unido, França e Austrália. (SAKAKI, 2015)

Sakaki (2015) pontua ainda que a criação da ENS e o Conselho de Segurança do Japão permitiram ao país maior flexibilidade na discussão dos temas de segurança, inclusive no âmbito da Aliança de Segurança Mútua, já que possibilita a formulação de diretrizes de segurança a médio-longo prazo. Assim, o documento assinala que o Japão deveria atuar de

forma mais proativa na sociedade internacional, além de auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade mais pacífica e próspera. Dessa forma, a Estratégia Nacional de Segurança japonesa baseia-se numa política orientada pelo princípio da cooperação internacional como meio de assegurar seus interesses nacionais. (MOFA, 2013)

Embora a atuação do Japão sempre esteja sob o guarda-chuva da ONU e dos Estados Unidos, a ENS adiciona que o país busca expandir sua relação com os demais países, não se limitando somente aos EUA, mas contribuindo com outros atores do Sistema Internacional, em especial do entorno regional. Esses novos parceiros são aqueles que compartilham com o Japão e com os atores internacionais os valores universais de liberdade, democracia, direitos fundamentais e Estado de Direito. (MOFA, 2013)

Assim, a relação com os EUA e a manutenção dos interesses estratégicos compartilhados na Aliança de Segurança Mútua, o foco no desenvolvimento econômico do país e o engajamento em questões geoestratégicas se mantêm indispensáveis para o cumprimento dos objetivos nacionais de segurança. Estes, de acordo com a ENS, são três: (1) fortalecer a dissuasão necessária para manter a paz e a segurança; (2) fortalecer a aliança com os Estados Unidos para reduzir as ameaças e melhorar o ambiente de segurança da Ásia e Pacífico; e (3) melhorar a Segurança Internacional por meio do fortalecimento dos valores universais. (MOFA, 2013)

Embora a relação com os EUA seja crucial para a atuação de segurança do país, a diversificação das relações com outros atores busca firmá-lo como um ator importante para a manutenção da paz e estabilidade regional, sendo um contraponto à influência chinesa. Assim, o país vem estreitando laços com a Austrália, Índia e os países-membros da ASEAN, com o objetivo de estabilizar a região e também contrapor a influência chinesa, criando maior possibilidade de desenvolvimento para os países envolvidos. Já a cooperação com a Índia tem o intuito de manter a segurança marítima das vias de navegação que ligam a Ásia aos outros continentes, o que é essencial para o comércio internacional. (Ibidem)

Busca-se, inclusive, viabilizar relações trilaterais entre o Japão, EUA e países como Coreia do Sul, Austrália e Índia. Essas novas parcerias tem o intuito de contrapor o avanço chinês na região e elevar o Japão ao posto de pivô regional. Novamente esse é um processo que já acontecia muito antes da criação da ENS. Em 2007, por exemplo, é estabelecida uma parceria com a Austrália que permite a cooperação e treinamentos militares conjuntos entre os dois países. Em 2008, Japão e Índia estabelecem uma declaração de cooperação conjunta de

segurança que, desde 2010, tem reuniões regulares e diálogos trilaterais com a participação dos EUA muito antes das propostas iniciadas em 2012 por Abe. (SAKAKI, 2015)

As mudanças são na verdade um processo mais simbólico do posicionamento do Japão desde 1980, quando o país aprovou integrações entre as Forças de Autodefesa e as tropas estrangeiras, em participações conjuntas. Assim, Sakaki (2015) pontua que as reinterpretações do artigo 9º e o pacifismo proativo sugerem mais uma evolução do que uma revolução no posicionamento internacional de segurança do Japão, como observaremos no próximo capítulo.

4. A DOUTRINA YOSHIDA COMO UM POSICIONAMENTO RACIONAL?

O posicionamento do primeiro ministro Shinzo Abe sobre a revisão da constituição do Japão trouxe à tona antigas questões que permeiam a Política Externa do país desde a Segunda Guerra Mundial. Durante o período de 2001 a 2013, foi observada uma atuação mais ativa do país quanto às questões de segurança internacional. Isso porque, desde o fim da Guerra Fria, o Japão posicionava-se de uma forma mais ponderada, já que, durante a ocupação americana no pós-Segunda Guerra Mundial, Yoshida Shigeru foi o responsável pela recuperação econômica do país, norteador a Política Externa em torno de um intenso desenvolvimento econômico, comedida atuação em assuntos geopolíticos e no fortalecimento das relações com os Estados Unidos, o que deu origem ao que se conhece como Doutrina Yoshida. (PERES, 2009)

O desenvolvimento do comércio internacional permitiu ao país reintegrar-se a economia mundial, ganhando acesso a mercado e produtores de matéria prima. Legitimado por sua pacificidade quanto aos temas geopolíticos, por sua pouca participação nas questões de segurança e também à restrição das despesas com setor bélico, que passaram a representar em seu máximo 1% do PIB. (Ibidem)

É fundamental ressaltar que a pouca atenção aos assuntos de segurança só foi possível devido a estreita relação com os EUA. O Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA assinado em 1951, às vésperas do fim da ocupação, permitiu ao Japão se concentrar no seu desenvolvimento econômico, ao passo que delegava aos EUA a responsabilidade pelo arquipélago, o que também lhe permitia influenciar ativamente nas questões geopolíticas do

Leste Asiático, em especial a China. Isso porque, com o enfraquecimento do líder chinês Chiang-Kai-Shek, aliado americano na região, a estabilidade da Ásia se deteriorava também, tornando-se necessário uma nova parceria estratégica estável, que colaborasse com a atuação político-militar americana. Segundo Uehara (2004), passava a ser interessante aos EUA ter um Japão suficientemente forte e aliado aos seus interesses, o que levava a necessidade de recuperá-lo como um ator internacional independente.

Da perspectiva japonesa, a Doutrina Yoshida proporcionou as bases para um milagre econômico japonês, uma vez que, como pontua Kennedy (1989), o país poderia realocar os gastos do setor militar para o produtivo. O compromisso japonês com o seu desenvolvimento levou-o ao posto de segunda maior economia mundial até 2010, quando a China o superou nesta posição. (SAKAKI, 2015)

Durante esse período, o Japão alavancou diversas economias ao redor do mundo, em especial no Sudeste Asiático, firmando-se como uma potência influente no Sistema Internacional. Entretanto, conforme aponta Peres (2009), o esgotamento deste modelo e a subsequente crise econômica que assolou o país, somado ao avanço da economia chinesa e o fim da Guerra Fria, culminaram na reestruturação das alianças na Ásia.

Conforme observamos no capítulo anterior, o entorno regional tem um papel crucial para a atuação internacional do Japão, especialmente neste início de século em que as ameaças ao país levam-no a uma postura mais participativa. Já observamos também que a Doutrina Yoshida foi formulada com o intuito de manter os interesses do país frente ao ambiente de insegurança e estabilidade da Guerra Fria.

Mas para compreender o motivo pelo qual a Doutrina Yoshida continua norteando o posicionamento do Japão é necessário observar sua relação com a Política Externa do país e também a forma como ela lida com as mudanças sistêmicas, movendo a atuação japonesa para uma postura racional.

Assim, neste capítulo procuraremos demonstrar como a Doutrina Yoshida se alterou para se adaptar as necessidades do país, assim como elencar quais os elementos que a levaram a se modificar, principalmente a relação bilateral com os EUA e a China, com o intuito de compreender o posicionamento do Japão nos primeiros anos do século XXI.

4.1. Doutrina Yoshida e a política externa japonesa.

A Política Externa condensa os interesses e objetivos do Estado no Sistema Internacional e busca orientar as ações do país a fim de que essas sejam implementadas da melhor forma possível. Oliveira (2005, p. 2) define o conceito de Política Externa como:

O estudo da forma como o Estado conduz suas relações com outros Estados; refere-se à formulação, implementação e avaliação das opções externas, desde o interior de um Estado, vistas desde a perspectiva do Estado, sem atender à sociedade internacional como tal, (...) e elemento central da análise será o da ação estatal e dos elementos de conflito e interesse condicionantes a essa ação.

Ao longo dos capítulos anteriores observamos que a Doutrina Yoshida foi elaborada justamente com o intuito de preservar os interesses do Japão à época da Guerra Fria em um contexto de grande instabilidade externa. O principal objetivo do país era se manter independente da disputa ideológica para que pudesse se recuperar economicamente. Assim, o alinhamento estratégico-militar com os EUA foi fundamental para garantir sua segurança militar enquanto desenvolvia a economia e retomava seu posto de grande potência.

Contudo, com o passar do tempo, as alterações na lógica de poder e segurança do entorno regional e internacional levaram a Política Externa japonesa a adaptar-se às questões externas. A percepção japonesa quanto a atuação da China e da Coreia do Norte tiveram um peso importante como condicionantes externos do posicionamento do país, que passa agora a buscar novas ferramentas de atuação para garantir sua autonomia.

Isso porque a distribuição de poder no Sistema Internacional representa fatores de pressão para essas mudanças. Essa pressão constrange a atuação do país, impactando em sua Política Externa. Assim, ao analisarmos a posição do Japão nesse contexto, observamos que embora mudanças internas tenham contribuído para as mudanças na Doutrina Yoshida como norteadora da Política Externa do país, a posição da China, da Coreia do Norte e do relacionamento com os Estados Unidos, os condicionantes externos, foram decisivos.

Isso porque a Política Externa consiste na somatória de diferentes variáveis, em especial de questões econômicas e políticas. E embora a questão econômica não tenha sido amplamente abordada nesse trabalho, já que nosso objetivo focou em observar as alterações políticas com ênfase nas questões de defesa e segurança, ela também tem sua importância. Outra ressalva se refere as questões relativas à formulação da política interna, que também não foram analisadas a fundo, uma vez que nossa intenção consiste em analisar como a Doutrina Yoshida se reflete na projeção sistêmica do Japão, mas também tem sua relevância.

Lafer (1997 apud Oliveira, 2005) argumenta que a inserção internacional de um país deriva da atuação conjunta nos âmbitos econômico, de valores e estratégico-militar. O âmbito econômico refere-se ao papel que a economia do país tem no âmbito internacional. Nesse aspecto, a economia japonesa ainda é a terceira maior economia mundial (em termos de PIB) e o país uma potência econômica, mesmo que ainda venha se recuperando da crise asiática. Recentemente, Abe propôs mudanças na esfera econômica, ou *Abenomics*, como ficou conhecido o pacote de resolução que consiste em estímulos fiscais, monetários e estruturais a fim de impulsionar o PIB e a economia do país. (GREEN, 2014)

O âmbito dos valores, que engloba a importância que um Estado tem como modelo, por sua vez, sempre fez parte da Política Externa do país, mas ganhou um significado maior com a Estratégia Nacional de Segurança e a ênfase que se passou a dar para a defesa dos valores universais de liberdade, democracia e Estado de Direito. Contudo, o campo que mais sofreu alterações foi o estratégico-militar, que abrange a contribuição do país como aliado, protetor ou inimigo em termos de risco e desejos de paz, segundo Lafer (1997 apud Oliveira, 2005).

Sob essa ótica a Doutrina Yoshida passou por diferentes adaptações, principalmente após a Guerra do Golfo. Edström (2011) coloca que a Guerra do Golfo foi um choque para a atuação internacional do país e, desde então, ele vem se posicionando mais ativamente nas questões de segurança. E esse choque se tornou o início de um processo de mudanças, pois ficou claro que o Japão precisava de novas formas de atuação que lhe permitissem participar das questões de segurança e garantir seu posto de potência internacional. Abaixo, segue uma lista dos principais fatos nesse processo de mudanças.

Tabela 1 – Marcos da política externa japonesa do pós-Guerra Fria

Ano	Marco
1992	Lei Internacional de Cooperação para a Paz
1995	<i>National Defense Program Outline</i>
1996	Declaração conjunta de segurança Japão-EUA
1997	Diretrizes para a cooperação de defesa Japão-EUA
2001	Lei Especial Antiterrorismo
2001	Missão de Reabastecimento no Oceano Índico para as missões lideradas pelos EUA no Afeganistão
Ano	Marco

2004	Envio das FAD para o Iraque
2004	<i>New National Defense Program Outline</i>
2007	Acordo de Cooperação e treinamentos militares conjuntos para questões estratégicas regionais Japão-Austrália
2008	Declaração de Cooperação Conjunta de Segurança com a Índia
2009	Envio das FAD para atividades antipirataria na África
2011	Acordo de Cooperação em projetos de tecnologia de mísseis com países amigos (Reino Unido, França e Austrália)
2013	Criação do Conselho de Segurança Nacional
2013	Criação da Estratégia Nacional de Segurança

Fonte: EDSTRÖM (2011). (Traduzido e adaptado pela autora)

Essas alterações foram elaboradas com o objetivo de fortalecer a postura internacional do país sem, contudo, contestar ou ir de encontro a Doutrina Yoshida, que continua norteando a Política Externa do Japão, mostrando assim a capacidade de adaptação e atuação do país como um ator racional. Faz-se necessário, contudo, avaliá-la não como uma doutrina rígida e fixa, como costuma-se imaginá-la, mas sim como um fio norteador dos interesses do país. A fim de alcançar esses interesses, o Japão vêm alterando gradativamente seu posicionamento ao longo do tempo em decorrência dos vários condicionantes externos que aumentaram a complexidade da região.

Sob esse prisma, o pacifismo proativo e os novos objetivos elencados na ENS, que muitas vezes nos parece uma nova postura mais ativa do país, na verdade estão apenas refletindo as mudanças que o país teve de tomar para se manter autônomo, tal qual propôs Yoshida ao observar a necessidade do Japão de lidar com as instabilidades sem, contudo, abrir mão de seus interesses nacionais.

4.2. As mudanças na Doutrina Yoshida: as *gray zones* e as disputas com a China

As relações sino-japoneses se configuram em padrões de aproximação e afastamento desde o século XIX devido ao fato de ambos disputarem o posto de potência regional. Smith (2009) aponta que após a normalização das relações do Japão com a China em 1972, a percepção chinesa era de que o Japão, um vizinho pacífico, poderia contribuir economicamente com seu desenvolvimento. De 1972 a 1989, a relação entre ambos

configurava-se em por uma diplomacia amistosa¹⁵, uma vez que o Japão buscava melhorar as relações comerciais, adquirir uma postura neutra quanto às questões históricas e evitar o tema de segurança com a China.

Porém, em 1992, a China aprovou uma lei que garantia sua soberania sobre as ilhas disputadas de Senkaku/Diaoyu, o que não agradou os japoneses, abalando a relação entre eles. Isso fez com que o Japão adotasse uma postura mais cautelosa até 1995, pois no ano seguinte ele buscou uma postura de engajamento para o equilíbrio externo. (SMITH, 2009)

As disputas pela posse das ilhas começaram após descobrir-se fontes de recursos naturais. Segundo Ninomiya e Tanaka (2005), estima-se que seja possível a extração de 7 trilhões de metros cúbicos de gás natural e 100 bilhões de barris de petróleo. Segundo os autores, nenhum tratado mencionava a posse das ilhas como território chinês, embora Ikeda¹⁶ argumente que elas pertenciam ao Japão desde 1895, quando ainda eram consideradas *terra nullius*.¹⁷ Para o Japão, além da questão energética, a posse das ilhas de Senkaku e Shirakaba é estratégica para a manutenção de seu mar territorial, que compreende a faixa de mar de até 12 milhas marítimas sobre a qual o Estado exerce soberania plena.¹⁸

A região de instabilidade recorrente entre os dois países no entrono das ilhas é definida na ENS como *gray zones* que, conforme observamos anteriormente, se configuram num ambiente onde as relações não são totalmente de paz nem de conflito, mas de constante tensão entre China e Japão.

¹⁵ “Era of friendship diplomacy” (SMITH, 2009, p.233)

¹⁶ IKEDA, Tadashi. Getting Senkaku History Right, 2013. Apud NINOMIYA, Masato; TANAKA, Aurea Christine. Os desafios geopolíticos da Ásia no século XXI: Japão, China e Coréia. Revista Política Externa, vol.23 n.4, 2015.

¹⁷ Território que não pertence a ninguém até alguém o pleiteie como posse.

¹⁸ SOUZA, 1999, p.79

Figura 2 – Região disputada entre China e Japão

Fonte: SUNJI (2015).

A ENS coloca que a China tomou medidas mais assertivas nos domínios marítimos e aéreos no entorno do Mar do Sul da China, intensificando e expandindo suas atividades ao redor do Japão, incluindo intrusões no território aéreo e marítimo do país, deixando-o inquieto com a demonstração de embarcações e aeronaves nessa região. Sakaki (2015) explica que a disputa se acentuou após um episódio em 2010 onde a guarda costeira japonesa prendeu o capitão de um barco pesqueiro chinês após esse colidir com dois barcos de patrulha japonesa na região das áreas disputadas. Dois anos depois, em 2012, o Japão decidiu adquirir três ilhotas desabitadas de seu dono privado, no intuito de evitar que o então prefeito de Tóquio, Shintaro Ishihara (1999-2012), as adquirisse.

Para a China, essa situação foi uma clara afronta a sua soberania e decidiu nacionalizar as mesmas ilhotas de forma unilateral. Desde então, aeronaves e embarcações chinesas cruzam o espaço aéreo e águas territoriais japonesas e vice-versa. A disputa nas *gray zones* se intensificou de forma considerável, tendo em vista que no ano fiscal de 2009 apenas 38 aeronaves chinesas adentraram os limites na zona marítima japonesa, ao passo que em 2013 esse número aumentou para 415 aeronaves e 188 embarcações.¹⁹ (SAKAKI, 2015)

¹⁹ “Beijin Defends Scrambling of Fighters against SDF Aircrafts in East China” *Asahi Shimbun*, 26 maio 2014 apud SAKAKI, 2015.

Figura 3 – Frequência de incursões chinesas nas águas territoriais das Ilhas Senkaku e embarcações chinesas cruzando o mar territorial do Japão entre 2008-2013

Fonte: MATSUDA, 2014.

MOFA (2013) acrescenta que as questões da área disputada ao redor de Senkaku/Diaoyu, como a decisão unilateral de definir a região como parte da zona de defesa aérea chinesa, a frequência de sua presença militar e a pouca transparência do país nas questões de segurança, intensificam a percepção de ameaça japonesa, levando-o a mover esforços para conter essa atuação e essa instabilidade. Matsuda (2014) acrescenta ainda que a ampliação do acesso chinês aos recursos naturais viabilizará uma capacidade militar e presença chinesa mais assertiva na região, constringendo a atuação do Japão.

Embora uma guerra entre China e Japão seja pouco provável, as *gray zones* demonstram que a instabilidade recorrente não exclui um possível conflito limitado à região. Um agravante para a atuação japonesa mais incisiva, segundo Sakaki (2015), é o fato de que as ilhas são pequenas para acoplar um sistema de defesa aéreo.

Assim, a Doutrina Yoshida, por meio da atuação do pacifismo proativo, configura-se na ferramenta que sustenta a permanência e atuação do Japão nessa região, já que influencia diretamente o direito a sua soberania, fazendo valer seus interesses e objetivos. Para tal, o Japão busca estreitar a relação com os outros países do entorno regional, bem como os EUA,

com o intuito de ser mais participativo estrategicamente e assim diminuir ou balancear a instabilidade em que se encontra inserido.

4.3. Relação bilateral EUA-Japão e as perspectivas para a atuação do Japão.

A relação EUA-Japão é o ponto principal do posicionamento estratégico japonês e de sua Política Externa desde 1951, quando foi assinado o Acordo de Segurança EUA-Japão, e por isso tem um papel importante na ENS e na atuação do país. Sakaki (2015) explica que a aliança estratégica entre os dois países deve se intensificar com o intuito de expandir a segurança do Japão e sua participação nas operações de *peacekeeping*, missões humanitárias e gerenciamento de crises.

Ademais, o estreitamento dessa relação é fundamental para a atuação do Japão nas *gray zones*. Isso porque, em 2015, o governo japonês propôs uma revisão da *Guidelines for US-Japan Defense Cooperation* de 1997 a fim de estreitar as relações com o aliado estratégico. Como parte desse processo, segundo Sakaki (2015), o Japão buscou desenvolver planos e estratégias para um potencial conflito na região de Senkaku/ Diaoyu. Um aspecto interessante dessa revisão consiste no fato de que parte das negociações foram iniciadas durante o mandato do primeiro ministro Yoshihiko Noda (2010-2011), do Partido Democrático do Japão, o que exemplifica que essas mudanças não são algo novo implementado por Abe, mas uma política de Estado que aos poucos se firma como posicionamento do Japão.

Dessa forma, observa-se que existe um interesse conjunto em balancear a China. Kotani (2014) pontua que, para balancear a China, o Japão tem que assumir maiores responsabilidades no entorno do nordeste asiático. Nesse aspecto, o país está engajado em investir na proteção de seu próprio território, investindo na guarda costeira, aumentando os gastos com defesa e exercícios coletivos com outros países a fim de delimitar um posicionamento mais participativo no entorno regional. Soma-se a essa atuação o estreitamento dos laços diplomáticos com outros países, com o intuito de delimitar a atuação chinesa. Isso ocorre porque, se por um lado os americanos buscam manter sua zona de influência no Pacífico e também restringir a zona de influência chinesa, por outro é perceptível que existe uma preocupação maior no combate ao terrorismo do que propriamente com as instabilidades regionais do Leste Asiático. Fujiwara (2006) argumenta que a

administração americana durante o governo de George W Bush (2001-2009) orientou-se mais para questões conservadoras, com enfoque militar, do que questões econômicas, que predominaram no governo Clinton (1993-2001).

(Essa mudança na orientação da política americana) foi um sinal alarmante de que os EUA podem assumir que seus compromissos militares em relação à Ásia são menos graves do que antes, levando a revitalização do medo japonês da retirada norte-americana que foi bastante crítico durante o início de 1990. (FUJIWARA, 2006, p. 64)²⁰

Com o foco americano no Oriente Médio, a percepção japonesa de que os EUA não estariam tão dispostos a protegê-los das instabilidades regionais como no período da Guerra Fria sugere a necessidade de buscar alternativas para a administração sobre problemas regionais e também para a manutenção de sua própria segurança.

Outro desafio à Política Externa japonesa é a constante nuclearização da Coreia do Norte. Chanlett-Avery, Rinehart, Nikitin e Park (2015) argumentam que o aperfeiçoamento nuclear norte-coreano tem por objetivo diminuir a diferença bélica com os Estados Unidos, Japão e China, para então dialogar de uma forma mais igualitária. Entretanto, Castro (2007) coloca que o desenvolvimento de mísseis tem prioridade para a Coreia do Norte e, juntamente com a instabilidade que seu líder político transmite ao Sistema Internacional, corrobora com a percepção de ameaça que o Japão tem do país.

Fujiwara (2006) acrescenta ainda que a Coreia do Norte, um dos principais riscos geopolíticos para o Japão em termos de segurança, não é o pilar central da política de segurança americana. Nesse aspecto:

Vemos valores pouco compartilhados entre Washington e Tóquio, mas Tóquio ainda depende das forças norte-americanas para sua segurança (...) sendo que essa dependência aumentou após o fim da Guerra Fria, porque os Estados Unidos tornaram-se menos dependente de seus aliados para uma ação militar. (p. 65)²¹

Contudo, conforme observamos no capítulo anterior, a presença americana é essencial para a manutenção da balança de poder regional. Assim, o Japão procura combinar um balanceamento interno e externo. No âmbito interno, busca desenvolver suas capacidades nacionais com o intuito de balancear a China e se defender da Coreia do Norte, ao passo que

²⁰“(...)this was an alarming sign that the USA may take its military commitments toward Asia less serious than before, leading to revival of the fear of American withdrawal that was quite critical during the early 1990s” (FUJIWARA, 2006, p. 64)

²¹“We see little shared values between Washington and Tokyo, but Tokyo was dependent on US forces for security (...) dependence has increased after the end of Cold War, because the United States has become less dependent on its allies for military action.” (FUJIWARA, 2006, p. 65)

externamente o país busca o alinhamento com outros países da região. Kotani (2014) argumenta que essas características afastam o Japão dos ideais estabelecidos na Doutrina Yoshida. Contudo, se levarmos em consideração que ela foi criada como um norteador da Política Externa do país, que tem o objetivo de fazer valer os interesses do país e não como uma doutrina fixa, observaremos que houve uma readequação racional das formas de atuação do país necessárias como resposta à instabilidade em que se encontra.

Ainda assim, as gray zones são o teste de atuação do Japão, já que abrangem os três principais aspectos do posicionamento japonês, visto que, para balancear a China, é necessário que o Japão altere alguns aspectos no âmbito da aliança com os EUA, como a divisão de trabalhos. Atualmente, os EUA se encarregam da capacidade ofensiva, ao passo que a capacidade defensiva fica a cargo do Japão, mas essa é uma questão que ainda está em curso.

O que se observa é que o estreitamento das relações com os EUA ainda se mantem como o ponto forte da Política Externa e de segurança do país, mas não exclui a diversificação das alianças que o Japão vem buscando no entorno regional, o que demonstra que sua atuação ainda é racional o bastante e segue a ideia de Yoshida Shigueru de maximizar seus ganhos e minimizar seus custos, tal qual se espera de um ator racional, a fim de alcançar os objetivos nacionais do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos anteriores discutimos a Doutrina Yoshida como norteadora do posicionamento internacional do Japão entre 2001 e 2013. Observamos que as mudanças na configuração de poder do sistema internacional e do entorno regional em que está inserido colaboraram ativamente para essa postura mais ativa do país.

No primeiro capítulo exploramos as singularidades do entorno regional do Leste Asiático e sua influência para a Política Externa do Japão. Observamos que o fim da Guerra Fria produziu um vazio de poder que rapidamente foi ocupado pela China, torando-a o principal tema securitizado não só para o Japão como para os outros atores da região. Ademais, as questões históricas anteriores a colonização europeia e também do período imperialista japonês ainda tem forte repercussão no relacionamento entre os países, em especial China, Japão e península Coreana.

A teoria dos complexos regionais proposta por Buzan e Waever (2003) explicitou que o nível regional é a principal fonte de ameaça ao Japão em especial a nuclearização da coreia do norte e o crescimento chinês, não só em questões econômicas como de influência também, já que ambos disputam por influência regional.

Constatamos também que a balança de poder regional se sustenta na relação triangular entre Estados Unidos, China e Japão, e que a mudança no posicionamento de qualquer desses atores impacta diretamente na balança de poder global. Ademais, a relação sino-japonesa, que se configura em padrões de amistosidade e inimizade desde o século XIX, tem se tornado cada vez mais conflitante na gray zone - área em torno das ilhas de Senkaku/ Diaoyu em que as relações não são totalmente de paz, nem totalmente de conflito.

Já a relação com os Estados Unidos se mantém como parte necessária tanto da estabilidade regional como do posicionamento do país. Inicialmente uma condição do primeiro ministro Yoshida para garantir a segurança do Japão e impulsionar o desenvolvimento econômico do arquipélago, a Aliança de Segurança Mútua entre Japão e Estados Unidos, também trouxe à tona o interesse dos americanos em manter sua influência na região. Sofrendo alterações ao longo do tempo, esse acordo exemplifica a habilidade do país em lidar com as delicadas questões da instabilidade regional como um ator racional, já que ao mesmo tempo em que a Aliança lhe permite atuar nas questões de segurança, ainda lhe garante o apoio dos EUA.

No segundo capítulo observamos os fatores que levaram ao surgimento da Doutrina Yoshida e como ela se adaptou ao longo do tempo para se manter como a norteadora da Política Externa do Japão, em especial com o Fim da Guerra Fria e a alteração do balanço de poder do Sistema Internacional. Soma-se ainda o ataque terrorista de 11/09/2001 e o foco das questões de segurança para a agenda internacional.

No plano regional, a recorrência e intensificação instabilidade derivadas do programa nuclear da Coreia do Norte e das disputas territoriais no Mar do Sul da China conduziram o Japão a se posicionar de uma forma mais ativa nas questões de segurança, criando então a Estratégia Nacional de Segurança que tem o intuito de assegurar os interesses nacionais do país de uma forma mais participativa. Entretanto observamos que essa atuação não vai de encontro à Doutrina Yoshida, mas procura institucionalizar alterações que já aconteciam na prática na atuação internacional do Japão.

No último capítulo abordamos as questões acerca do pacifismo proativo, proposto na Estratégia Nacional de Segurança, e um possível distanciamento da Doutrina Yoshida. Contudo, ao observarmos que o objetivo desta consiste em nortear a Política Externa japonesa, não como uma estrutura fixa, mas como um conjunto de formas de atuação racionais que primam pela manutenção do Japão como uma potência racional do sistema internacional, percebemos que houve uma readequação e não uma alteração no posicionamento internacional do país.

REFERÊNCIAS

BISLEY, N. Securing the “Anchor of Regional Stability”? The Transformation of the US-Japan Alliance and East Asian Security. **Contemporary Southeast Asia**, v. 30, n. 1, pp. 73-98, 2008.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security, a New Framework for Analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1988.

CASTRO, L. F. D. M. Japão Indica Interesse em Reformular seu Aparato Militar. **Conjuntura Internacional**, Cenários Puc Minas, 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagdb/conjuntura/CNO_ARQNOTIC20070321105631.pdf>. Acesso em fev. 2015.

CHANG, M. Silva. A Era Koizumi: Um Balanço Político com Ênfase na Política Externa Japonesa. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. v. 6, pp. 5-18, 2008.

CHANLETT-AVERY, E.; RINEHART, I.; NIKITIN, M.; PARK, S. North Korea: U.S. Relations, Nuclear Diplomacy and International Situation. **Congressional Research Service**, 7-5700 (R41259), 2015. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/nuke/R41259.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

DANTAS, A. C. **Segurança Nacional Japonesa: o desenvolvimento das Forças de Autodefesa Japonesas e o impacto no discurso de segurança humana**. 2014. Dissertação João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba, (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

EDRTRÖM, B. Japan’s foreign policy in transition: the way forward for Japan as an international actor in a world in flux. **Institute for Security and Development Policy**, Suécia, 2011.

FRAGA, J. S.; STRACHMAN, E. **Crise financeira: o caso japonês**. Nova econ., Belo Horizonte, v. 23, n. 3, pp. 521-554, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2016.

FUCCILLE, A.; REZENDE, L. P. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, pp. 77-104, jan./jun., 2013.

FUJIWARA, K. Between Terror and Empire: Japan’s Response and the Post 9/11 Order. In HASEGAWA, H.; HOOK, G. D. (orgs) **Japanese Responses to Globalization, Politics, Security, Economic and Business**. Palgrave Macmillan Publisher, pp. 55-68, 2006.

GREEN, M.; COOPER, Z. **Strategic Japan: New approaches to Foreign Policy and the U.S. Japan Alliance**, Rowman & Littlefield, 2014.

GOH, E. Hierarchy and the role of the United States in the East Asian security order. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 8, n. 3, pp. 354-377, 2008.

KOTANI, T. U.S-Japan allied maritime strategy: balancing the rise of maritime China. In: GREEN, M.; Cooper, Z. **Strategic Japan: New approaches to Foreign Policy and the U.S. Japan Alliance**, Rowman & Littlefield, 2014.

MATSUDA, Y. How to understand china's assertiveness since 2009: hypotheses and policy implications. In GREEN, M; COOPER, Z. (Eds.) **Strategic Japan: New approaches to Foreign Policy and the U.S. Japan Alliance**, Rowman & Littlefield, 2014.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA). **Cabinet Decision on Development of Seamless Security Legislation to Ensure Japn's Survival and Protect its People**. 1 jul. 2014. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page23e_000273.html>. Acesso em 12 dez. 2016.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA). **National Security Strategy of Japan**, 2013. Disponível em: < http://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000081.html>. Acesso em 10 mar .2015.

HUGHES, C. W. Japan's Response to China's Rise: Regional Engagement, Global Containment, Dangers of Colligion. **International Affairs**, v. 85, n .4, pp. 837-856, 2009.

JAPÃO. **Constituição. (1946)**. The Constitution of Japan. Japão, 1946. Disponível em<[1946http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html](http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html)> Acesso em mai. 2015.

JAPÃO. **JAPAN'S SECURITY POLICY**. Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2014. Disponível em: < <http://www.mofa.go.jp/policy/security/>> Acesso em 23 de ago. 2016.

KAGAN, R. **O Retorno da História e o Fim dos Sonhos**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2008.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. Broadenign the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. **Mershon International Studies Review**, v. 40, pp. 229-254, 1996.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

KISHIMOTO, K. **Politics in Japan: Development and Organization**. Tóquio: Japan Echo, 1997.

KUSHIDA, K. E.; SHIMIZU, K. "Overview: Japan's Political and Economic Transformations Since the 1990s" in Kenji, E. Kushida, Kay Shimizu & Jean Oi (orgs.). Syncretism: **The Politics of Economic Restruturing and System Reform in Japan**, Standford: Walter H. Shorenstei Asia Pacific Research Center/Brookings Press, pp. 11-35, 2013.

MACMILLAN. **Dicionário online de Língua Inglesa**. 2009-2018. Disponível em: < <https://www.macmillandictionary.com/dictionary/british/> >. Acesso em 20 ago. 2016.

NINOMIYA, M.; TANAKA, A. C. Os desafios geopolíticos da Ásia no século XXI: Japão, China e Coréia. **Política Externa**, v. 23, n. 4, pp. 1-29, 2015.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, H. A. A Ásia na Atual Conjuntura Internacional. In: Henrique Altemani de Oliveira; Antonio Carlos Lessa. (orgs.). **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006, pp. 83-100.

PERES, L. A Elite Política Japonesa e a definição de uma Estratégia Nacional: As Limitações da Doutrina Yoshida. **Sociologia e Política**, I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR, 2009. Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/>. Acesso em mar. 2016.

POSEN, B. R. The Sources of Military Doctrine. **Cornell Studies in Security Affairs**. Cornell University Press, 1984.

RUDZIT, G.; NOGAMI, O. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, pp. 5-24, 2010.

SAKAKI, A. Japan's Security Policy: A Shift in Direction under Abe? **German Institute for International and Security Affairs**, pp. 5-35, 2015.

SHINZO, A. **Statement by Prime Minister Shinzo Abe on the Murder of the Jordanian Pilot**. 2015. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201502/12_09774_9914.html>. Acesso e 10 ago 2016.

SHINZO, A. **Opening Remarks by Prime Minister Shinzo Abe at the first meeting of the Advisory Panel on the History of the 20th Century and on Japan's Role and the World Order in the 21st Century**. 2015. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201502/25.html>. Acesso em 10 ago 2016.

SMITH, P. J. China-Japan Relations and the Future of Geopolitics of East Asia. **Heldref Publications**, pp. 230-256, 2009.

SOGARI, M.A. B. **A Política Externa do Japão no século XXI: Rumo a uma nova Doutrina Diplomática?** 2012, Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOHN, Y. Japan's New Regionalism. **Asia Survey**, v. 50, n. 3, pp. 497-519, 2010.

SOUZA, M. Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental? **Revista Brasileira de Geofísica**, v.17 n.1, p.79-82. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-261X1999000100007>> . Acesso em 10 ago 2016.

SUGITA, Y. **The Yoshida Doctrine as a Myth**. The Japanese Journal of American Studies, n 27, pp. 123-143, 2016.

SUNJI, T. “China Threat Theory” drives Japanese war legislation. **The Asia-Pacific Journal**, Japão, v.13, n.5, p.1-4, 2015. Disponível em:
< <http://www.japanfocus.org/-Taoka-Shunji/4380/article.html>>. Acesso em nov. 2015.

SUNOHARA, T. The Anatomy of Japan’s Shifting Security Orientation. **Center for Strategic and International Studies**. Washington, 2010.

THEIS, W. O Patriotismo e o Nacionalismo do Migrante. **Revista Primus Vitam**, n. 4, pp. 1-8, jan/jun. 2012. Disponível em:
<http://sammelpunkt.philo.at:8080/2102/1/patriotismo_do_migrante.pdf>. Acesso em 10 set. 2017.

UEHARA, A. R. Perspectivas para o Papel Internacional do Japão. **Revista Política Externa**, v. 12, n. 4, pp. 23-33, 2004.

UEHARA, A. R. Coréia do Norte estimula política de defesa no Japão. **Panorama da Conjuntura Internacional**, no.41, mai/jun. 2009.

VASCONCELLOS, C. M. E.; MANSANI, R. S. As Conferências Internacionais de Yalta e Postdam e sua contribuição à construção da hegemonia econômica internacional norte americana no capitalismo do após 2ª Guerra Mundial. **Revista de Relações Internacionais Unicuritiba**, v. 2, n. 18, pp. 42-55, 2013.

WATANABE, P. **Segurança e Política Externa do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2012.

WATANABE, Tsuneo. Japan’s Threat Perception and New Security Legislation. In Berlin Conference on Asian Security (BCAS), 9, 2015, Tokyo. **Anais**. Tokyo, BCAS, , pp. 2-8, 2015.

ZAKOWSKI, K. Kochikai of Japanese Liberal Democratic Party and Its Evolution After the Cold War. **The Korean Journal of International Studies**, v. 9, n. 2, pp. 179-205, 2011.